



INSTITUTO RIO BRANCO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

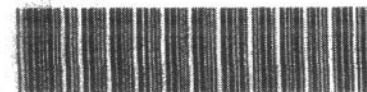


INSTITUTO RIO BRANCO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Guia de Estudos para o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata

RI
2079) "2000"
34e

1551/00



L0000001587

2 0 0 0



GUIA DE ESTUDOS

T-1551/09

Ministro das Relações Exteriores

Embaixador Luiz Felipe Lampreia

Secretário-Geral das Relações Exteriores

Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa

Diretor do Instituto Rio Branco

Embaixador André Mattoso Maia Amado

O presente **Guia de Estudos** é material obrigatório dos candidatos ao Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata, do Instituto Rio Branco (IRBr), do Ministério das Relações Exteriores, como dispõe o inciso 1.7. do Edital.

Constam do **Guia**:

– o Edital do Diretor do IRBr sobre o Concurso; e
– os programas, a bibliografia e a orientação para estudo, relativos às provas do Concurso de Admissão, bem como, sempre que possível, exemplos de provas que mereceram aprovação em concurso anterior, *mantido o texto original do candidato, com eventuais correções e/ou deficiências.*

A bibliografia e a orientação para estudo incluídas neste **Guia** não têm caráter limitativo.

Brasília (DF), em dezembro de 1999.

ÍNDICE

Edital 9

Programas, bibliografias, orientação para estudo e exemplos de provas:

- Teste de Pré-Seleção	29
- Português	33
- Inglês	45
- Questões Internacionais Contemporâneas	55
- História	61
- Geografia	79
- Noções de Direito	91
- Noções de Economia	99
- Francês (Recomendação)	109

EDITAL

(publicado no Diário Oficial da União em 23 de novembro de 1999)

O DIRETOR DO INSTITUTO RIO BRANCO torna público que estarão abertas, de 03 de janeiro a 11 de fevereiro de 2000, as inscrições para o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata, previsto nos Arts. 38 e 39, parágrafos únicos, da Lei n.º 7.501, de 27 de junho de 1986, regulamentados pelo Decreto de 14 de setembro de 1995, publicado no Diário Oficial da União em 15 de setembro de 1995. De acordo com a Portaria do Secretário-Geral das Relações Exteriores de 10 de novembro de 1995, publicada no Diário Oficial da União em 14 de novembro de 1995, o Concurso obedecerá às instruções constantes do presente Edital.

2. A aprovação no Concurso habilitará o candidato a ingressar em cargo da classe inicial da Carreira de Diplomata, de acordo com a ordem de classificação obtida, e a ter matrícula no Programa de Formação e Aperfeiçoamento – Primeira Fase (PROFA-I), do Instituto Rio Branco (IRBr), regulamentado pela Portaria Ministerial de 1.º de novembro de 1995, publicada no Diário Oficial da União em 8 de novembro de 1995.

3. A aprovação no PROFA-I constitui condição essencial para a confirmação no Serviço Exterior, nos termos do Decreto de 14 de setembro de 1995, acima citado.

4. O presente Edital reger-se-á, no que couber, pela Portaria n.º 23, de 15 de agosto de 1991, do Diretor do IRBr, publicada no Diário Oficial da União no dia 16 de agosto de 1991, que estabelece as condições de inabilitação aplicáveis aos candidatos inscritos no Concurso.

5. É fixado em 24 (vinte e quatro) o número de vagas a serem providas de acordo com a ordem de classificação dos candidatos aprovados no Concurso.

1. DAS INSCRIÇÕES

1.1. As inscrições deverão ser feitas pessoalmente. Será permitida a inscrição por procuração, mediante entrega do respectivo mandato, acompanhado de cópia do documento de identidade do candidato e apresentação de identidade do procurador o qual deverá estar em condições de prestar as informações solicitadas no formulário de inscrição. Deverá ser apresentada uma procuração para cada candidato, a qual ficará retida.

1.1.1. Seguem os endereços onde deverão ser efetuadas as inscrições:

a) **Em Brasília:**

– Instituto Rio Branco, Setor de Administração Federal Sul, Quadra 5, Lotes 2 e 3, CEP 70170-900, tels.: (61) 325-7000/5/6; fax: (61) 322-8355; *Home-page*: www.mre.gov.br; *e-mail*: irbr@mre.gov.br.

b) **nos Centros Regionais, nas seguintes capitais:**

– **Belém (PA)**: Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites, Av. Governador José Malcher, 349, Nazaré, CEP 66100-150, tels.: (91) 242-5932/1043; fax: (91) 223-5506;

– **Belo Horizonte (MG)**: Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Av. João Pinheiro, 100, 6º andar, sala 605, CEP 30130-180, tel/fax: (31) 226-5892/273-2017;

– **Curitiba (PR)**: Fundação Universidade Federal do Paraná (FUNPAR), Rua XV de Novembro, 1457, Centro, CEP 80060-000, tel.: (41) 264-8586; fax: (41) 362-2117;

– **Florianópolis (SC)**: Comissão Permanente do Vestibular – COPERVE, Universidade Federal de Santa Catarina, Trindade, CEP 88040-900, tel.: (48) 331-8205/9200;

– **Fortaleza (CE)**: Departamento de Letras Estrangeiras, Universidade Federal do Ceará, Av. da Universidade, 2683, Benfica, CEP 60020-180, tel/fax: (85) 281-7036; fax: (85) 223-1642;

– **Porto Alegre (RS)**: COPERSE, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Av. Paulo Gama, 110, Anexo I da Reitoria da UFRGS, 1º andar, Bairro Farroupilha, CEP 90040-060, tel.: (51) 316-3114; fax: (51) 227-1666;

– **Recife (PE)**: Rua do Hospício, 371, Bloco C, 2º andar, CEP 50060-080, tel/fax: (81) 423-6056;

– **Rio de Janeiro (RJ)**: Secretaria de Recepção e Apoio, Palácio do Itamaraty, Av. Marechal Floriano, 196, tel.: (21) 516-1744; fax: (21) 263-9571;

– **Salvador (BA)**: Pró-Reitoria de Extensão - Universidade Federal da Bahia, Rua Leovigildo Filgueiras, 392, Garcia, CEP 40100-170, tels.: (71) 328-7044/0124; fax: (71) 328-0127; e

– **São Paulo (SP)**: Memorial da América Latina, Av. Auro Soares de Moura Andrade, nº 664, CEP 01154-060, tel.: (11) 3823-9826/9668; fax: (11) 3823-9685.

c) **no exterior**: nas Embaixadas, Missões Diplomáticas ou repartições consulares.

1.2. **Taxa de inscrição**: a taxa de inscrição é de R\$ 60,00 (sessenta reais) e deverá ser depositada na conta nº 33.448.112-0, Agência nº 3603-X, do Banco do Brasil S.A. (Banco 001), em favor de CESPE-UnB, com o qual o IRBr mantém convênio de cooperação. Em nenhuma hipótese será a taxa restituída ao candidato.

1.3. **Requisitos**: os candidatos deverão satisfazer às condições abaixo indicadas:

a) ser brasileiro nato, conforme Art. 12, § 3º, V, da Constituição Federal;

b) estar em dia com o serviço militar;

c) estar em dia com suas obrigações de eleitor; e

d) haver concluído curso superior de graduação plena, reconhecido, conforme estabelece o item 7.2. deste Edital.

1.4. **Candidatos casados:** o candidato casado deverá apresentar, com os outros documentos exigidos na forma do item 7.2., certidão de casamento e formulário de dados pessoais do cônjuge. Se o cônjuge for de nacionalidade estrangeira, será inscrito condicionalmente no concurso e, se aprovado, só será nomeado para o cargo na classe inicial da Carreira Diplomática se obtiver a autorização a que se referem os Arts. 48 e 50 do Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, a ser requerida na forma da legislação em vigor. Essa exigência aplica-se também ao candidato cuja separação judicial não tenha transitado em julgado.

1.5. **Local das provas:** ao solicitar a inscrição, o candidato deverá declarar o local onde deseja realizar a prova da Primeira Fase, entre as opções relacionadas nas alíneas "a" e "b" do item 1.1.1. acima. Em caso de aprovação no Teste de Pré-Seleção (TPS), o local das provas da Segunda Fase será obrigatoriamente o mesmo.

1.6. **Documentação:** ao solicitar a inscrição, o candidato deverá apresentar:

- a) requerimento de inscrição, em formulário próprio do IRBr, no qual declare satisfazer as condições exigidas neste Edital;
- b) original e fotocópia da carteira de identidade; e
- c) comprovante de pagamento da taxa de inscrição (depósito bancário), que ficará retido.

1.7. Após a inscrição, o candidato receberá 1 (um) exemplar do Guia de Estudos, o qual contém a legislação, o programa e as informações relativas ao Concurso, bem como exemplos de provas do concurso anterior e as respectivas melhores respostas às questões formuladas.

1.8. Respeitadas as exigências deste Edital, o Diretor do IRBr deferirá os pedidos de inscrição em edital a ser publicado no Diário Oficial da União antes do início da Primeira Fase do Concurso.

1.9. Normas gerais.

a) sempre que solicitado, o candidato deverá exibir sua carteira de identidade;

b) não haverá segunda chamada de prova alguma;

c) as provas escritas serão feitas com caneta preta ou azul;

d) só quando expressamente autorizado, poderá o candidato ausentar-se do recinto da prova;

e) será eliminado o candidato que (i) não comparecer na hora aprazada a qualquer prova, exame ou atividade prevista; (ii) agir com incorreção ou descortesia; (iii) tentar comunicar-se por qualquer meio, durante as provas, com pessoa não autorizada; ou (iv) consultar, durante as provas, livro, notas ou qualquer outro material que não tenha sido expressamente admitido;

f) será desqualificada a prova que apresentar qualquer sinal que possibilite sua identificação;

g) a nenhum candidato será dado alegar desconhecimento das presentes instruções ou das convocações e avisos feitos no decorrer do Concurso; e

h) os casos omissos serão decididos pelo Diretor do IRBr.

2. DAS FASES DO CONCURSO

2.1. O Concurso realizar-se-á em 5 (cinco) fases, em que todos os testes, provas e requisitos terão caráter eliminatório, segundo os critérios e os métodos de avaliação especificados neste Edital.

A Primeira Fase constará de um Teste de Pré-Seleção (ver item 3 abaixo).

A Segunda Fase terá duas provas: Português e Inglês (ver item 4 abaixo).

A Terceira Fase incluirá 6 (seis) provas: Questões Internacionais Contemporâneas, Inglês, História, Geografia, Noções de Direito e Noções de Economia (ver item 5 abaixo).

A Quarta Fase verificará as condições físicas, psíquicas e comportamentais dos candidatos (ver item 6 abaixo).

A Quinta Fase será a da matrícula no Programa de Formação e Aperfeiçoamento de Diplomatas – Primeira Fase (PROFA-I), condicionada à satisfação das condições exigidas no item 1.3. deste Edital, e à apresentação do material e da documentação definidos no item 7. abaixo.

2.2. Só será admitido à prova ou à fase seguinte quem tiver sido aprovado na prova ou fase anterior.

3. DA PRIMEIRA FASE: TESTE DE PRÉ-SELEÇÃO (TPS)

3.1. **Data, horário e local:** dia 18 de março de 2000, às 9h (horário de Brasília), realizado simultaneamente no Ministério das Relações Exteriores, em Brasília (DF), e nas cidades mencionadas na alínea “b” do item 1.1.1. acima. Terá a duração de 4 (quatro) horas.

Os candidatos deverão apresentar-se até 30 min. antes do horário previsto para o início da prova.

3.2. **Características:** o TPS é prova de caráter eliminatório e visa a identificar o grupo de candidatos cujos interesses e conhecimentos mais se aproximam dos que deverão ser desenvolvidos no IRBr no processo de formação e aperfeiçoamento do diplomata brasileiro.

As questões versarão sobre temas da cultura brasileira e geral, além de temas da atualidade. Poderão proceder dos programas das demais matérias do Concurso, incluindo, por exemplo, aspectos ligados ao uso das modalidades oral e escrita da língua portuguesa, e, também, cobrar raciocínio lógico e analítico.

Será um teste de múltipla escolha.

3.3. **CrITÉRIOS de avaliação:** o TPS privilegiará o nível médio dos candidatos, segundo fórmula aplicada pela FUVEST, da Universidade de São Paulo, que, a partir de parâmetros básicos para a correção, distingue um conjunto mais homogêneo de aprovados.

O IRBr aplicará os seguintes parâmetros básicos:

– a nota de referência é 60 sobre 100;

– o número de candidatos aprovados na Primeira Fase do Concurso e, portanto, habilitados à Segunda Fase é, idealmente, 120, isto é, cinco vezes o número total de vagas abertas pelo Concurso (24).

Com base nesses parâmetros, aplicar-se-ão as seguintes fórmulas:

$$N = 120F$$

$$F = D + 0,4$$

onde N corresponde ao número de candidatos aprovados na Primeira Fase do Concurso, F, ao multiplicador que determinará o número dos candidatos aprovados, e D, ao resultado da divisão do número de pontos obtidos pelo 120º candidato pelo número total de pontos possíveis no TPS (100), isto é:

$$D = \frac{\text{nota (pontos obtidos) do 120º candidato}}{\text{nota máxima possível (100)}}$$

Os coeficientes numéricos que aparecem na definição do fator F foram escolhidos de modo que F seja igual a 1, se D for igual a 0,6, isto é, se a nota (pontos obtidos) do 120º candidato for igual a 60. Neste caso, os 120 primeiros candidatos no TPS serão aprovados na Primeira Fase do Concurso. Sendo a nota do 120º superior ou inferior a 60, o fator F será superior ou inferior a 120. Se, por exemplo, a nota do 120º for 70, F valerá 1,1, e serão aprovados 132 candidatos na Primeira Fase. Se, por outro lado, a nota do 120º for 40, F valerá 0,80, e somente serão aprovados 96 candidatos.

Como podem ocorrer empates, garante-se que todos os que obtiverem a mesma nota que o 120º candidato serão considerados aprovados na Primeira Fase.

Os critérios da FUVEST subordinam o resultado ao desempenho médio do grupo de candidatos. É o grupo que determina o número de candidatos cujas provas seguem ao TPS serão corrigidas. Em outras palavras, a nota de corte passa a depender não mais do universo de candidatos, nem de uma nota mínima fixa, mas do índice médio de desempenho.

3.4. **Gabarito:** o gabarito do TPS estará disponível no dia 20 de março de 2000.

3.5. **Resultados:** o fator F finalmente calculado, em função da nota obtida pelo 120º classificado, será anunciado até as 18h do dia 21 de março de 2000, juntamente com a relação dos candidatos aprovados na Primeira Fase.

Dados a divulgação do gabarito e o método eletrônico de correção, não cabe recurso aos resultados do TPS.

A relação dos aprovados da Primeira Fase será enviada imediatamente para publicação no Diário Oficial da União em edital que convocará os candidatos aprovados para a Fase seguinte do Concurso.

3.6. O resultado final do TPS não fará parte do cálculo da média global dos candidatos para efeitos de ordem de classificação final no Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata.

4. DA SEGUNDA FASE: PORTUGUÊS E INGLÊS

4.1. Português

4.1.1. **Data, horário e local:** dia 1º de abril de 2000, às 9h (horário de Brasília) no mesmo local em que foi feito o TPS, tal como determinado no item 1.5. acima. Terá a duração de 5 horas.

4.1.2. **Características:** a prova de Português constará de leitura, compreensão e análise de um ou mais textos literários, jornalísticos, informativos ou científicos, para elaboração de resumo com a extensão de 200 a 250 palavras (valor: 40 pontos), e de redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de 450 a 600 palavras (valor: 60 pontos). Serão avaliadas a adequação, a relevância e a estruturação das idéias desenvolvidas nos textos, bem como a correção gramatical e a propriedade da linguagem escrita, de modo a se aferir a capacidade de inteligência e de produção de textos escritos de acordo com os padrões da norma culta da língua portuguesa.

4.2. Inglês

4.2.1. **Data, horário e local:** dia 2 de abril de 2000, às 9h (horário de Brasília), no mesmo local em que foi feita a prova de Português. Terá a duração de 5 horas.

4.2.2. **Características:** a prova escrita de Inglês constará de três partes: redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de 350 a 450 palavras (valor: 50 pontos); versão de um ou mais textos (valor: 30 pontos); e leitura e interpretação de um ou mais textos (valor: 20 pontos). Exigir-se-á conhecimento avançado do idioma.

4.3. **Aprovação:** serão considerados aprovados na Segunda Fase do Concurso os candidatos que obtiverem as notas mínimas de 60 (sessenta), numa escala de 0 (zero) a 100 (cem), na prova de Português, e de 50 (cinquenta), na de Inglês. O candidato que entregar uma prova em branco estará automaticamente eliminado e não terá a outra prova corrigida.

4.4. **Resultados:** os resultados da Segunda Fase serão anunciados, na sede do IRBr, em Brasília (DF), às 13h do dia 2 de maio de 2000, e divulgados, nos demais locais onde se tenha realizado o Concurso, até as 18h deste mesmo dia.

4.5. **Recursos:** os candidatos terão direito à vista de provas, observadas as seguintes condições:

a) a vista de provas e os pedidos de revisão de notas, doravante chamados de recursos, só serão aceitos quando requeridos pelos próprios candidatos — não se aceitando, portanto, procurador para esse fim — e, sempre, nos locais de realização da respectiva prova;

b) os recursos serão solicitados em formulário próprio, fornecido pelo IRBr;

c) só serão aceitos requerimentos de recursos fundamentados, que indiquem precisamente as questões e os pontos em que o candidato se sentir prejudicado;

d) os requerimentos deverão ser apresentados até as 18h do dia 4 de maio, em Brasília, e até as 18h, horário de Brasília, do dia 5 de maio, nos Centros Regionais;

e) respeitada a fundamentação dos recursos, caberá ao Diretor do IRBr deferi-los para a consideração da Banca Examinadora;

f) o julgamento dos recursos terá caráter irrecorrível, passando a nota a ser definitiva; e

g) o resultado dos recursos e, portanto, o resultado final da Segunda Fase será anunciado até as 18h do dia 10 de maio de 2000, na sede do IRBr, em Brasília (DF), e, imediatamente, mandado para publicação no Diário Oficial da União em edital que convocará os candidatos aprovados para a Fase seguinte do Concurso.

5. DA TERCEIRA FASE

5.1. Os candidatos que tiverem sido aprovados nas provas da Segunda Fase nos Centros Regionais receberão do IRBr passagem aérea de ida e volta a Brasília (DF) e auxílio em dinheiro a partir do dia 24 de maio de 2000, data em que deverão se apresentar à sede do Instituto Rio Branco e até quando se justificar sua presença na Capital Federal em razão do Concurso.

5.2. **Local e calendário:** as provas da Terceira Fase do Concurso realizar-se-ão na sede do Instituto Rio Branco, em Brasília (DF), entre os dias 25 de maio e 24 de junho de 2000, em horário e calendário a serem comunicados pela Secretaria do IRBr, e distribuir-se-ão da seguinte maneira:

a) Questões Internacionais Contemporâneas e Inglês, no período de 25 a 28 de maio, em grupos alternados;

b) História, em 03 de junho;

c) Geografia, em 10 de junho;

d) Noções de Direito, em 17 de junho; e

e) Noções de Economia, em 24 de junho.

5.3. **Das provas orais:** as provas de Questões Internacionais Contemporâneas e Inglês serão orais.

5.3.1. Questões Internacionais Contemporâneas:

a) a prova terá por objetivo verificar o conhecimento e a capacidade de reflexão do candidato sobre temas internacionais correntes, incluindo antecedentes, situação atual e posição do Brasil;

b) na arguição, serão igualmente avaliadas a capacidade do candidato de analisar o tema e de organizar sua exposição e a forma de fazê-lo, do ponto de vista tanto da articulação como da apresentação pessoal;

c) a Banca Examinadora valorizará particularmente o tratamento que ressalte os interesses brasileiros nos temas;

d) o candidato sorteará três temas e terá 15 (quinze) minutos para preparar exposição sobre um deles; e

e) a exposição deverá ser de 10 (dez) minutos, seguida de perguntas da Banca Examinadora, que poderá, se julgar procedente para a avaliação do candidato, ampliar o tema inicialmente tratado, referindo-se, em particular, ao conteúdo da Bibliografia.

5.3.2. **Inglês:**

- a) o objetivo da prova é verificar a fluência, a correção e a capacidade de expressão do candidato em língua inglesa;
- b) a Banca Examinadora avaliará, também, a capacidade de reflexão do candidato sobre os temas tratados;
- c) o candidato sorteará um texto e terá 15 (quinze) minutos para prepará-lo, podendo recorrer a dicionário, posto à disposição pelo IRBr; e
- d) a arguição constará de leitura em voz alta do texto selecionado, no todo ou em parte, seguida de resumo oral, análise de parágrafos ou frases, perguntas sobre significação de termos e questões sobre pontos que vierem a ser suscitados pelo texto.

5.3.3. **Aprovação:** será considerado aprovado nas provas orais o candidato que obtiver a nota mínima de 50 (cinquenta) em cada uma das provas.

5.3.4. **Resultados:** os resultados das provas orais serão divulgados até as 10h do dia 29 de maio.

5.3.5. **Recursos:**

a) o candidato que se sentir prejudicado pela avaliação poderá ouvir e transcrever a gravação de sua arguição, mas não copiá-la, e, se o fundamentar, dirigir pessoalmente requerimento de recurso ao Diretor do IRBr;

b) os requerimentos deverão ser apresentados até as 13h do dia 30 de maio, para o devido deferimento pelo Diretor do IRBr; e

c) o resultado dos recursos será anunciado até as 18h do dia 31 de maio e terá caráter irrecorrível, passando a nota a ser definitiva.

5.3.6. O candidato reprovado em qualquer uma das provas orais será eliminado do Concurso.

5.4. **Das provas escritas:** as provas de História, Geografia, Noções de Direito e Noções de Economia serão escritas e:

a) terão a duração de cinco horas cada uma, com início às 9h e término às 14h; e

b) serão compostas de cinco dissertações no valor de 20 (vinte) pontos cada uma.

5.4.1. Nas provas de História e Geografia, três das questões obrigatoriamente tratarão do Brasil.

5.4.2. Na prova de Noções de Direito, somente será admitida consulta a textos legais (a serem eventualmente fornecidos pela Direção do IRBr) quando expressamente autorizada.

5.4.3. A nota mínima exigida em História e Geografia é de 50 (cinquenta) pontos e, em Noções de Direito e Noções de Economia, 40 (quarenta).

5.4.4. A reprovação em uma prova escrita eliminará o candidato do Concurso.

5.4.5. O calendário de anúncio dos resultados e dos recursos, respeitadas as regras de fundamentação e deferimento, é o seguinte:

Prova	Anúncio do resultado (13h)	Apresentação de recursos (até as 18h)	Resultado final (até as 18h)
História	05/06/00	07/06/00	09/06/00
Geografia	12/06/00	14/06/00	16/06/00
N. Direito	19/06/00	21/06/00	23/06/00
N. Economia	26/06/00	28/06/00	30/06/00

6. DA QUARTA FASE: EXAMES MÉDICOS E PSÍQUICOS

6.1. **Data, local e horário:** os exames terão início no dia 30 de junho de 2000, em local e horário a serem oportunamente informados pela Secretaria do IRBr.

6.2. **Características:** a Quarta Fase do Concurso visa a verificar se o candidato possui as condições físicas, psíquicas e comportamentais exigidas pela profissão de diplomata, nos termos do Art. 7º da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986. São condições de inabilitação as prescritas pela Portaria nº 23, de 15 de agosto de 1991, do Diretor do IRBr.

6.3. **Junta de Avaliação:** conduzirá a avaliação da higidez e da habilitação física e psíquica dos candidatos uma Junta de Avaliação presidida pelo chefe do Serviço Médico do Ministério das Relações Exteriores e integrada por dois outros médicos, não vinculados ao Ministério, com ampla experiência em clínica geral e psiquiatria. A Junta de Avaliação emitirá laudo sobre cada candidato, considerando-o 'habilitado' ou 'inabilitado'.

6.4. **Resultados:** os resultados da Quarta Fase do Concurso serão afixados na sede do IRBr, em Brasília (DF), no dia 6 de julho de 2000.

6.5. **Recursos:** o candidato inabilitado terá direito a recurso, mediante requerimento dirigido ao Diretor do IRBr, pelo prazo de 24 horas, a contar da divulgação de que trata a cláusula precedente. Para esse fim, o Diretor do IRBr designará Junta de Recurso, composta de quatro membros: (i) um Ministro de Primeira ou de Segunda Classe, que a presidirá, sem direito a voto; (ii) um dos médicos que tenha integrado a Junta de Avaliação; e (iii) dois outros médicos. Com base na reavaliação efetuada, a Junta emitirá laudo definitivo, a ser submetido ao Diretor do IRBr, que o elevará, com seu parecer, ao Secretário-Geral das Relações Exteriores. A decisão deste será final e irrecorrível. Se o desejar, o

candidato inabilitado poderá designar, por sua conta, um médico para apresentar à Junta de Recurso as razões que fundamentam sua inconformidade com a avaliação inicial.

6.6. **Resultados finais:** o resultado dos recursos e, portanto, o resultado final da Quarta Fase será anunciado até as 18h do dia 8 de julho de 2000.

7. DA QUINTA FASE: MATRÍCULA

7.1. **Data, horário e local:** dia 10 de julho de 2000, às 9h30min, na sede do IRBr, em Brasília.

7.2. **Matrícula:** a concessão da matrícula no Programa de Formação e Aperfeiçoamento de Diplomatas – Primeira Fase (PROFA-I) dos aprovados no Concurso estará condicionada à apresentação à Secretaria do IRBr de:

- a) três fotos 3x4;
- b) uma foto 3x4 do cônjuge; e
- c) original e fotocópia dos seguintes documentos: (i) certidão de nascimento, (ii) prova de quitação com o Serviço Militar, (iii) título de eleitor, (iv) comprovante de votação atualizado ou documento equivalente, (v) diploma ou certificado de conclusão, até 30 de junho de 2000, de curso superior de graduação plena, reconhecido, e (vi), se casado, os documentos mencionados no item 1.4. acima.

7.3. A falta de qualquer um destes documentos acarretará a eliminação do candidato do Concurso.

8. RESULTADO FINAL DO CONCURSO

8.1. Será considerado aprovado o candidato que, tendo sido considerado habilitado em todas as cinco fases do Concurso, tiver, adicionalmente, obtido média global igual ou superior a 60 (sessenta) nas provas da Segunda e Terceira Fases.

8.2. A ordem de classificação no Concurso, calculada com base nas respectivas médias globais, determinará a ordem de ingresso na classe inicial da Carreira de Diplomata.

8.3. O resultado final do Concurso será anunciado, por ordem de classificação dos aprovados, isto é, pela ordem decrescente das respectivas médias globais, até às 14h do dia 12 de julho de 2000, na Sede do IRBr.

9. DA NOMEAÇÃO, DA POSSE E DO EXERCÍCIO

9.1. **Da nomeação:** os candidatos aprovados no Resultado Final do Concurso serão imediatamente nomeados por ato do Ministro de Estado das Relações Exteriores, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto n.º 83.940, de 14 de agosto de 1979, e publicado no Diário Oficial da União.

9.2. **Da posse:** uma vez nomeados, os candidatos aprovados no Resultado Final do Concurso tomarão posse, ainda que mediante procuração específica, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da publicação do ato de nomeação.

9.3. **Do exercício:** o Diretor do Instituto Rio Branco determinará a data de início do efetivo exercício, em até 15 (quinze) dias após a data da posse.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Os programas das matérias do Concurso serão detalhados no Guia de Estudos de que trata o item 1.7. acima.

10.2. É obrigatório o uso de traje passeio completo (terno e gravata para homens e indumentária correspondente para mulheres) nas provas da Terceira a Quinta Fases do Concurso. Exige-se, de toda maneira, traje apropriado para a Primeira e Segunda Fases.

10.3. Identificação e Divulgação dos Resultados:

Na Primeira Fase, as respostas ao Teste de Pré-Seleção serão dadas em formulário ótico.

Na Segunda e Terceira Fases, as provas escritas não serão identificadas, para efeito de correção. Somente no momento do anúncio dos resultados ocorrerá a identificação em público.

10.4. **Aceitação das Normas do Edital:** o requerimento de inscrição implica o conhecimento e a aceitação, pelo candidato, de todos os prazos e normas estabelecidos pelo presente Edital. O candidato que fizer declaração falsa ou inexata, ou que não satisfizer às condições exigidas, poderá ter cancelada sua inscrição a qualquer momento, por decisão do Diretor do IRBr, publicada no Diário Oficial da União. Cancelada a inscrição, serão anulados todos os atos dela decorrentes.

ANDRÉ MATTOSO MAIA AMADO

Programas
Bibliografias
Orientação para estudo
Exemplos de provas

Teste de Pré-Seleção
Português
Inglês
Questões Internacionais Contemporâneas
História
Geografia
Noções de Direito
Noções de Economia
Francês

TESTE DE PRÉ-SELEÇÃO

O Teste de Pré-Seleção (TPS) é *sui generis* dentro do conjunto das provas programadas para o Concurso de Admissão à Carreira Diplomática e, exatamente por isso, exige um comentário especial.

Como o nome indica, trata-se de uma prova inicial, de caráter eliminatório. O fato de ser elaborada sob a forma de testes possibilita rápida correção sem perda do padrão de qualidade, que, para o Instituto Rio Branco, constitui questão de princípio. Em 1998, por exemplo, inscreveram-se 1.798 candidatos no Concurso. Não seria realista supor que um número tão elevado de provas de Português e Inglês, de natureza discursiva, pudesse ser corrigido em tempo hábil e segundo os critérios tradicionais do Instituto Rio Branco. Atribuiu-se, assim, a função de filtro a um tipo de prova, que, aliás, já fora aplicado em concursos anteriores.

O objetivo do TPS é, portanto, o de proceder a uma redução seletiva do número de candidatos, da maneira mais objetiva possível, franqueando o acesso para a fase seguinte do concurso apenas àqueles que reúnem condições consideradas indispensáveis para continuar concorrendo. O TPS visará a expor todos os candidatos, quaisquer que sejam suas procedências, a condições de igualdade de competição num concurso para o qual se inscrevem postulantes dos mais remotos lugares do país.

Para definir a particularidade do TPS, nada melhor do que confrontá-lo com os demais exames do mesmo Concurso. Cada um destes tem em vista a avaliação de conhecimentos específicos, inscritos num domínio particular do saber, o que permite um grau maior de previsibilidade dos temas passíveis de constituírem matéria para as diferentes questões e, por conseqüência, a possibilidade de uma preparação sistemática. Prova disso é a publicação e a indicação de um *Manual do Candidato* para as matérias da Segunda e Terceira Fases do Concurso, cujo acesso é permitido apenas aos candidatos aprovados no TPS. Evidentemente, a indicação de Manuais, que também é fundamentada no mesmo propósito de garantir iguais condições de competição a todos, não implica compromisso de acorrentar os exames

ao conteúdo neles explícito, mas serve de orientação para os candidatos, onde quer que se estejam preparando para o Concurso, sobre a concepção básica que presidirá à elaboração das questões das provas. É uma forma também de dizer que os conteúdos dessas disciplinas não são indefinidos.

O TPS contrasta com os demais exames em aspectos essenciais e substantivos. Algumas questões poderão proceder, inclusive, dos programas das matérias constantes das outras fases do Concurso, mas sua formulação será necessariamente distinta, considerando-se a estrutura do Teste. Outras procurarão verificar a capacidade de raciocínio dos candidatos. Para muitos, o saber é tributário do conhecimento tanto quanto do pensar bem e logicamente. Grande parte das questões, no entanto, abrangerá uma gama de conhecimentos que, embora finita, possui uma extensão tal que não se sujeita a uma preparação satisfatória a curto prazo. Trata-se da avaliação de um tipo de conhecimento (indispensável para a carreira diplomática), que não tem contornos demarcáveis, originário das fontes mais diversas e refratário ao confinamento em manuais específicos (não é outra a razão por que não se indica um Manual para o Teste). Sua característica é a pluralidade, e seu espaço de circulação está na grande relação discursiva do homem com seu mundo. É consequência de um intelecto ativo, em estado de constante prontidão para os acontecimentos do meio social. O fato de não ser uma prova previsível não é casual: seu propósito é exatamente o de avaliar a incorporação de um tipo de conhecimento que faz parte daquilo que se convencionou chamar de currículo oculto, constituído de um residual que não depende da memória momentânea, mas da memória permanente. É um cabedal de conhecimento duradouro que, estabilizado como se fizesse parte do próprio organismo, apenas marginalmente depende de esforço mental para emergir.

Para compreender com clareza a finalidade do TPS, deve-se levar em conta que o tipo de conhecimento por ele aferido é significativamente útil para o exercício proficiente da função diplomática.

Se a guerra é o espaço do confronto, a diplomacia é o da negociação: se o principal recurso do guerreiro são os armamentos, o do negociador é o discurso. Àquele compete saber manobrar, com perícia,

as armas de combate: a este, o discurso. Ora, a manobra eficiente do discurso implica a dupla habilidade de compreender, com o grau máximo de absorção, os significados contidos num texto e a de produzir textos que atinjam os resultados premeditados pelo seu enunciador. Como essas duas competências dependem em grande parte do conhecimento duradouro tal qual já foi definido anteriormente, a primeira parte dos exames para ingresso na Carreira Diplomática é programada para testar o candidato no domínio dessa modalidade de saber, sem cuja contribuição tanto a competência de leitura como a de produção de texto podem ficar comprometidas. A qualquer momento, uma simples alusão a certo episódio ou personagem da cultura pode trazer embaraço de compreensão para quem os ignora. Imagine-se, por hipótese, alguém qualificar seus argumentos como "acacianos" ou uma fala como esta, entre diplomatas de dois países em conflito: "Seu país está manipulando esse episódio do mesmo modo como Iago manipulou o lenço de Desdêmona". Agradecer a seu primeiro interlocutor ou concordar com o segundo pode produzir resultados desconcertantes.

Mas o conhecimento não é necessário só pelo lado negativo, isto é, apenas para prevenir inconvenientes. É valioso também do ponto de vista positivo, isto é, sua posse produz vantagens consideráveis, em se tratando de profissionais cujo ofício depende muito da facilidade de bem relacionar-se com seus circunstantes, de mostrar-se bem informado, de cultivar um olhar curioso de novos conhecimentos, bem como de ser capaz de, a partir de simples conversa, captar eventuais "mensagens" subjacentes e delas tirar conclusões. Nesse particular, um conhecimento da mais variada natureza (música, literatura, teatro, cinema, artes plásticas, entre outras) auxilia o diplomata a manter viva a conversação. Um dos objetivos de conversa aparentemente "amena" é, na verdade, obter informação privilegiada, ou elementos para subsidiar o processo decisório. Não é preciso insistir na utilidade de uma competência que encurta distâncias, aquece o diálogo, suaviza o contato, promove, enfim, o que a retórica antiga costumava chamar de "captação de benevolência". Além de habilitar o diplomata a munir-se de elementos para executar uma de suas tarefas

primordiais, a de informar, a "captação de benevolência" auxilia-o nas demais funções, a saber, representar e negociar.

O TPS será concebido sobre as bases dessa forma de conhecimento, tão funcional para o exercício da Diplomacia, que deve estar consolidado na memória do seu portador. Trata-se, pois, de um tipo de prova sobre o imprevisível, já que seus resultados só serão significativos se forem a expressão de vivência contínua, não programável ou controlável. Não há, portanto, publicação específica a ser indicada para sua preparação.

A melhor - e única - forma de se preparar para esse tipo de prova é abrir os olhos para o mundo ao redor: ler muito e bem (romances, poesias, jornais, revistas, teatro ...), estar atento a todo tipo de manifestação cultural (cinema, teatro, esporte, concertos, exposições musicais em geral ...), pôr-se em estado de prontidão permanente para a realidade política, social, econômica do país e do mundo, cultivar as artes em geral, tanto nas suas manifestações eruditas como nas populares, procurar contemplar todo o espetáculo humano com um olhar desperto e crítico, tentando discernir o que é merecedor de atenção especial daquilo que é corriqueiro.

PORTUGUÊS

A prova escrita de Português constará de leitura, compreensão e análise de um ou mais textos literários, jornalísticos, informativos ou científicos, para elaboração de resumo, com a extensão de 200 a 250 palavras (valor de 40 pontos), e de redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de 450 a 600 palavras (valor de 60 pontos). Serão avaliadas a adequação, a relevância e a estruturação das idéias desenvolvidas nos textos, bem como a correção gramatical e a propriedade da linguagem escrita, de modo a se aferir a capacidade de inteligência e de produção de textos escritos de acordo com os padrões da norma culta da língua portuguesa.

Programa:

1. Conceitos básicos da ciência linguística: língua e fala; sincronia e diacronia; sistema, norma e uso; variação linguística; dialeto e registro; modalidade falada e modalidade escrita; a noção de erro; contexto e discurso; funções da linguagem.
2. Inteligência e produção de textos: compreensão textual; domínio da modalidade escrita e da norma culta da língua portuguesa; coesão e coerência; intertextualidade.
3. Uso, descrição e análise da língua portuguesa; fonética e fonologia; morfossintaxe; semântica; léxico; ortografia; pontuação; a língua portuguesa do Brasil.
4. Noções de estilística.

Bibliografia:

- BECHARA, Evanildo. *Gramática da Língua Portuguesa*, Cia. Editora Nacional, Rio de Janeiro, 1976.
- *Lições de Português pela Análise Sintática*, Padrão, Rio de Janeiro, 1977.

- BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA, Aurélio. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1986.
- CAMARA JR., J. Mattoso. *Dicionário de Linguística e Gramática*, Vozes, Petrópolis, 1977.
- CARRAHER, David W. *Senso Crítico: do dia-a-dia às Ciências Humanas*, Pioneira, São Paulo, 1983.
- CUNHA, Celso & CINTRA, L. F. Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1985.
- FERNANDES, Francisco. *Dicionário de Verbos e Regimes*, Editora Globo, Rio de Janeiro.
- . *Dicionário de Regimes de Substantivos e Adjetivos*, Editora Globo, Rio de Janeiro.
- GARCIA, Othon M. *Comunicação em Prosa Moderna*, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1985.
- KURY, Adriano da Gama. *1000 perguntas: Português*, Editora Rio, Rio de Janeiro, 1983.
- . *Ortografia, Pontuação e Crase*, MEC, Rio de Janeiro, 1988.
- LAPA, Manuel Rodrigues. *Estilística da Língua Portuguesa*, Martins Fontes, São Paulo, 1982.
- SAVIOLI, Francisco e FIORIN, José Luiz. *Manual do Candidato - Português*, FUNAG, Brasília, 1995.

Orientação para estudo

No exame de português, afere-se a capacidade que o candidato possui de inteligir, isto é, de ler, de compreender e de criticar textos escritos pertencentes às diversas variedades da língua portuguesa, de modo a produzir um resumo e uma redação com objetividade, clareza, precisão e concisão, de acordo com os padrões da norma culta do idioma.

A prova implica o recurso progressivo às chamadas capacidades cognitivas do indivíduo. Isso significa que é necessário apreender, compreender e analisar os textos selecionados pela Banca Examinadora, por meio das etapas de leitura exploratória, informativa e seletiva, que

constituem a inteligência dos textos. Em seguida, deve-se aplicar o que foi lido às experiências pessoais, quando se levam em conta aspectos como o interdiscurso, ou seja, a relação entre as várias situações de comunicação de que participa o indivíduo, e a intertextualidade – a relação entre todos os textos que o candidato já leu, incluindo os apresentados na prova. Só então o candidato estará preparado para sintetizar o que leu e produzir o resumo.

Na elaboração do resumo, é conveniente que o candidato trate a questão como se fora uma notícia sobre o assunto, dando-lhe estrutura em parágrafos, no primeiro dos quais o texto do resumo é contextualizado em relação ao texto ou textos originais: nele indicam-se o tema geral, os autores, as fontes bibliográficas e as demais circunstâncias relevantes.

O gênero do resumo é o da prosa expositiva; o resumo de uma narrativa ou de um poema, por exemplo, não deve ser redigido nestes gêneros, mas em forma de relato ou de descrição do assunto ou fato. Além disso, o resumo não pode incluir dados ou interpretações que não constem dos originais. Cabe recordar que resumo não é paráfrase. Deve conter o que é essencial e omitir o que é acessório ou secundário. Finalmente, o resumo deverá ter extensão correspondente a um quarto do texto ou textos originais.

A capacidade de avaliação e, por último, a criatividade são requisitos para a redação sobre o tema proposto, ponto de culminância do complexo processo de domínio da língua escrita, no nível exigido pelo Concurso.

Embora não se imponha preferência de estilo na redação, o candidato escreverá um pequeno ensaio, no qual deverá revelar, de modo pertinente e adequado, conhecimentos sobre o tema e desenvolvimento de pensamento crítico, o que necessariamente inclui opiniões pessoais fundamentadas no raciocínio lógico. As idéias identificadas nos textos transcritos na prova devem funcionar como elementos motivadores da produção textual.

Tanto no resumo como na redação, o candidato deverá evidenciar pleno domínio da modalidade culta da língua portuguesa.

Exemplo de prova

Leia os textos que se seguem:

Texto 1

A ditadura do PC

Os americanos absolvem Clinton nas pesquisas mas deixam-se asfixiar pelos códigos do politicamente correto

O escritor Norman Mailer e outros intelectuais revolucionários, tanto na arte quanto na política, em seu tempo diagnosticaram que a paranóia sexual nos Estados Unidos é apenas uma variante de um outro retrocesso: o movimento politicamente correto. “Ambos começaram como movimentos em favor da decência da sociedade e protetores dos mais fracos. Ambos degeneraram em fascismo”, diz Mailer. Uma pessoa politicamente correta, PC, não faz piadas racistas ou de conteúdo sexual e evita palavras que contenham insinuações culturais negativas. Há todo um dicionário de termos que são considerados corretos e devem ser rigidamente obedecidos pelos que não querem ser vistos como aberrações (veja quadro). Os negros americanos fizeram-se chamar de afro-americanos. Os índios, de nativos. E os gays preferem ser chamados de homossexuais – mas já foi o contrário, e é preciso ficar atento para não parecer politicamente incorreto.

Fosse apenas o pecado da palavra e estava tudo muito bem. O problema é que o PC, no afã de justiça cega que caracteriza o movimento, colocou nas universidades legiões de alunos despreparados e incapazes de aprender. Preteriram-se alunos brilhantes em favor de outros pouco dotados intelectualmente. Os escolhidos tinham como virtude acadêmica apenas o fato de ser negros, latinos, ou ser mulheres e estar grávidas. Também as empresas foram obrigadas a contratar levas de candidatos piores apenas porque eles se encaixavam no figurino politicamente correto.

Nos últimos dois anos, tanto as universidades quanto as empresas conseguiram na Justiça retomar um pouco do poder de admitir alunos e funcionários não com base em cotas étnicas, mas na boa e velha competência. “Para isso, quem não sabe, uma dica: os PCs são tão fanáticos quanto a juventude hitlerista”, lembra Camille Paglia. A origem filosófica do movimento pode ser encontrada, na verdade, em outra freguesia tão totalitária e dirigista quanto a de Hitler, a China de Mao Tsé-Tung. A idéia de carimbar um adversário político ou qualquer pessoa indesejável ao regime com o selo de politicamente incorreto foi um poderoso instrumento de dominação ideológica utilizado por Mao. A idéia foi apropriada pelos militantes das minorias étnicas dos Estados Unidos, em seguida caiu no gosto das feministas radicais e dos estudantes politizados. O escritor David Horowitz, autor de *Radical Son* (Filho Radical), livro lançado em abril nos Estados Unidos e que faz uma das melhores análises dos descaminhos da esquerda americana, levanta um ponto interessante. Horowitz espanta-se com o fato de que o politicamente correto, embora seja na raiz um movimento de esquerda radical, se viabilizou no país com a ajuda de algumas das mais conservadoras instituições americanas, as grandes empresas e as fundações de apoio ao ensino e pesquisa.

Eurípedes Alcântara. *Veja*, 26 de agosto, 1998.

Novíngua

Analfabeto – marginalizado em relação à cultura eurocêntrica
Animal selvagem – não humano que vagueia livremente
Antiaborto – pró-vida
Branco – pobre em melanina
Corrupto – eticamente diferente
Feio – cosmeticamente diferente
Fome – déficit nutricional
Gastador – poupador negativo

Gordo – generosamente modelado
Podre – economicamente marginalizado
Politicamente correto – a própria expressão deixou a ser “politicamente correta”. Melhor usar culturalmente sensível
Prisioneiro – cliente do sistema correcional
Saqueador – consumidor não tradicional
Viciado em drogas – privado de sobriedade

Texto 2

Exclusão semântica

Quando o primeiro foguete espacial Ariane 5 explodiu no lançamento, a comunicação ao público foi a seguinte pérola, que portavo-voz algum faria melhor: "O vôo do Ariane 5 não resultou na validação do novo vetor europeu". E de um coronel da Força Aérea americana temos a seguinte, a respeito dos aceleradores dos foguetes, mimosos objetos pesando 135 toneladas: "Eles exercem uma força explosiva no impacto sobre uma superfície que é suficiente para exceder o limiar aceito de sobrepressão dos danos fisiológicos ao pessoal exposto". Eu, mato-grossense simplório, imaginaria que, se caísse sobre a cabeça de alguém, causaria um belo galo...

Exemplos divertidos não faltam por aí, e muitos estudiosos sérios descobrem o humor involuntário desses convolutos exercícios de expressão. Mas o assunto da semântica vai muito além da brincadeira. Não sem motivo, um dos grandes linguistas deste século, D. Bolinger, deu a um de seus livros este extraordinário título: "Linguagem, uma Arma Carregada", que foi naturalmente muito aperfeiçoada pelos totalitarismos e autoritarismos de todos os sexos imagináveis, desenvolvidos, subdesenvolvidos ou neutros. E ninguém se especializou mais na criação de slogans do que as esquerdas, de Lênin ao "Grande Pai" Stalin. As esquerdas brasileiras não ficaram atrás, a ponto de o presidente Castello Branco lhes reconhecer três capacidades especiais: de organizar manifestações de rua, desorganizar a economia e fabricar slogans.

E, para ninguém dizer que só se distinguiram aquelas grandes figuras de esquerda, a CNN acaba de informar que o presidente Clinton e os líderes da maioria republicana no Congresso americano, Trent Lott e Newt Gingrich, receberam do Conselho Nacional dos Professores de Inglês o "Prêmio Nacional da Dupla Fala" ("Doublespeak"), pela linguagem escorregadia e ambígua com que descreveram o acordo deste ano sobre o orçamento equilibrado (que se vai traduzir no aumento do endividamento federal).

Como se sabe, quem primeiro usou o termo "dupla fala", em conexão com os crimes de pensamento, foi George Orwell, o grande escritor inglês, cuja firme integridade o levou, primeiro, a lutar de armas na mão pela causa da esquerda nos campos de batalha da Guerra Civil Espanhola, e, depois, a denunciar as traições e intrigas das facções a serviço soviético. Isso lhe custou ser vítima de um dos mais canalhas "patrulhamentos" da intelectualidade socialista do tempo. (...)

Roberto Campos. **Folha de S. Paulo**, 29 de novembro de 1998.

Texto 3

Cegueira brasileira

O politicamente correto não ridiculariza os EUA, como se pensa comumente

É surpreendente a facilidade com que, no Brasil, especialmente nos meios jornalísticos e entre intelectuais, idéias preconcebidas, fantasiosas e supostamente críticas se generalizam e acabam, por absoluta falta de contestação, ganhando o *status* de realidade.

Um dos exemplos mais impressionantes do desconhecimento travestido de senso crítico é a imagem que se criou, entre nós, do que seja a sociedade norte-americana e, particularmente, do que significa, nos EUA, o politicamente correto. Supõe-se, em geral, que o país – tratado, freqüentemente, como um bloco indiferenciado – esteja inteiramente dominado por leis repressivas que cerceiam a liberdade individual, enrijecem as relações entre homens e mulheres, abalam a espontaneidade e destroem o senso de humor.

Do que exatamente estamos falando, quando nos referimos ao politicamente correto? Trata-se somente de uma série de normas que asfixiam o vocabulário, restringem as relações interpessoais e substituem a competência pelo sistema de cotas? Alguém acredita, de fato, que a

sociedade norte-americana passou a se devotar, gratuitamente, ao exercício da autocontenção e à disseminação de um vocabulário repleto de ridículos eufemismos? Não é curioso, senão melancólico, o fato de repetirmos os mesmos velhos comentários, pretensamente argutos, sobre o politicamente correto, tantos anos depois de o debate ter-se iniciado e diversificado nos EUA?

Para evitar a hegemonia de uma visão unilateral, sugiro abordarmos o tema de forma um pouco menos provinciana: em primeiro lugar, não podemos esquecer que, a despeito de todos os seus efeitos perversos, a discussão em torno do politicamente correto diz respeito a problemas que, no Brasil, temos enorme dificuldade em enfrentar, como a discriminação racial, a violência doméstica, a violência de gênero, a homofobia e o etnocentrismo, por exemplo. Os abusos que têm ocorrido na América do Norte, perpetrados em nome dos direitos civis, vêm sendo, freqüentemente, confundidos, por nossa ignorância ilustrada, com a própria substância dos movimentos em torno desses direitos.

O fato de centenas de milhares de mulheres terem rompido o muro de silêncio da violência doméstica e das agressões sexuais e o fato de os afro-americanos terem tido acesso a posições que dificilmente alcançariam em outros tempos parece ter sido obscurecido por uma dezena de histórias bizarras que, generalizadas, passaram a refletir a sociedade dos EUA em sua totalidade.

Quando penso em “os americanos”, não vejo apenas os homens brancos, protestantes, com bandeiras nacionais tremulando na porta de casa, ou as feministas ensandecidas que a imprensa brasileira costuma destacar e generalizar (o que é lamentável, em se tratando de um cenário caracterizado exatamente pela multiplicidade de feminismos). A sociedade norte-americana é tudo menos homogênea e, tampouco, estática. Ao contrário, trata-se de uma sociedade profundamente experimental, no que concerne ao comportamento e às normas que procuram regulá-lo. Falar em “os americanos”, desconsiderando a diversidade cultural de um país com enorme população de afro-americanos, asiáticos e hispânicos, entre tantos outros, é um “ato falho”

que reflete não só o desconhecimento das dinâmicas culturais, mas, sobretudo, a necessidade de construir um modelo reduzido e simplificado de classificação dos fenômenos sociais.

Camille Paglia e Norman Mailer, críticos radicais do politicamente correto, representam apenas uma faceta de um debate intenso e de uma mobilização permanente, que a mídia brasileira sempre esquece de noticiar, quando retrata, unilateralmente, a chamada “ditadura do politicamente correto”. Os casos que continuam a ser noticiados no Brasil, anos depois de ocorridos, como o do menino processado por beijar a coleguinha na escola, são também na América do Norte considerados ridículos e extremados. Mas insiste-se, no Brasil, em reproduzi-los como se fossem ilustrações vivas da camisa-de-força em que vivem “os americanos”.

Houve e ainda há exageros, radicalismos e absurdos, ninguém nega. Esquece-se, entretanto, de que os efeitos perversos e as ameaças às liberdades individuais – fontes legítimas de inquietação – aconteceram em decorrência de mudanças profundas que beneficiaram parcelas significativas da população, ampliando, como nunca, o universo da cidadania.

Nos EUA, o desafio já está posto há algum tempo e a sociedade discute intensamente os limites da regulação do comportamento e a redefinição das fronteiras entre o público e o privado. Enquanto ainda supomos que o país se deixa dominar por uma nova ortopedia social, “os americanos” já mobilizam poderosas reações, vivem confrontos, recuos, retrocessos e reafirmações e desenvolvem novos organismos destinados tanto a combater os excessos quanto a restaurar antigas prerrogativas.

Há, portanto, um processo dinâmico de debates permanentes que insistimos, no Brasil, em não enxergar. Confunde-se, aqui, a confortável inércia e a resistência à mudança, com a suposta espontaneidade de um modelo criativo de convívio entre dessemelhantes. Agarramo-nos infantilmente às falhas e aos excessos de uma experiência capaz, no limite, de ameaçar e desalojar velhos privilégios, para construir a imagem primitiva e cristalizada, de um país que estaria dominado pelo radicalismo conservador e falta de imaginação. Para quem acha graça em piadas racistas e precisa delas para alimentar seu senso de humor,

uma sugestão: que tal se divertir com a enxurrada de piadas sobre o politicamente correto, popularizadas nos Estados Unidos e incorporadas, espertamente, ao poderoso mercado editorial?

Barbara Musmeci Soares. *Folha de S. Paulo*, 13 de dezembro de 1998.

Elabore um resumo do Texto 3.

- extensão: de 200 a 250 palavras
- valor: 40 pontos

Exemplo de resumo

Daniel Roberto Pinto (35/40)

No artigo "Cegueira Brasileira" (SP, 13/12/1998), Bárbara Musmeci Soares discute a crítica brasileira ao fenômeno norte-americano do "politicamente correto". Seu objetivo: combater o hábito, arraigado nos meios intelectuais e jornalísticos brasileiros, de fazer generalizações falsamente argutas (e nada originais) sobre uma sociedade tão complexa e dinâmica como a norte-americana. Segundo esta visão brasileira, os EUA padeceriam sob leis que limitam a liberdade individual e sufocam a espontaneidade e o senso de humor nas relações sociais.

Bárbara Soares acusa esta visão de confundir os abusos de um sistema com o próprio sistema, e a tacha de provincianar: estamos atentos aos problemas alheios, sem perceber que são consequência de tentativas de solucionar dificuldades graves e que continuam a nos afligir no Brasil, tais como a discriminação, a violência e a desigualdade.

É de se lamentar, ainda, que os inegáveis progressos na luta pelos direitos civis, como a reação das mulheres à violência sexual e a ascensão social dos negros, não sejam levados na devida conta, encobertos que são por alguns casos pitorescos. Estes, aliás, são ridicularizados e condenados também nos EUA, onde os abusos e absurdos do processo são alvo de debates permanentes, resultando em um mecanismo dinâmico de progresso social.

Já no Brasil, estaríamos insistindo em achar que nossa acomodação e

resistência à mudança nada mais é que a espontaneidade de uma sociedade onde os designais convivem de maneira "criativa". E assim, a autora parece concluir, permanecerão designais "ad infinitum".

Desenvolva o tema: Semântica, comportamento e discriminação positiva: até onde ir no "politicamente correto"?

- extensão: de 450 a 600 palavras
- valor: 60 pontos

Exemplo de redação

Daniel Roberto Pinto (47/60)

O filósofo e ensaísta George Steiner observou certa vez que os artigos e livros publicados em alemão após a Segunda Guerra Mundial não mais atingiam os picos de graça e criatividade da segunda primeira parte do século. (A maior obra-prima do pós-guerra neste idioma, o Dr. Faustus, de Thomas Mann, foi redigido num estilo original inspirado no alemão arcaico). Isto se devia, segundo Steiner, à contaminação do idioma pelo seu uso como língua oficial do Terceiro Reich: palavras como "relâmpago", "solução final", "tratamento", comuns e necessárias no dia-a-dia, passaram a adquirir outras conotações, por vezes mórbidas. A semântica é implacável, e sua linguagem não tarda.

Sim, as palavras, com suas denotações e conotações, influenciam o pensamento e, portanto, também o comportamento. Todos conhecemos o efeito de expressões como "negro correndo é ladrão", "judeu é pão-duro" e "lugar de mulher é na cozinha" sobre a carga semântica das palavras negro, judeu e mulher. Fica, em consequência, alterada a nossa percepção do outro, o que acabará se refletindo em nosso comportamento. Justifica-se, portanto, o combate a estas expressões pejorativas, pela erradicação do seu uso na nossa linguagem cotidiana ou até em manuais escolares, onde por vezes se insinua. Será então lúcido esperar que, prejudicada a transmissão dos preconceitos, estes retrocedam até certo ponto.

O movimento "politicamente correto" abraçou esta causa, juntamente com a da ação positiva, cujo papel no surgimento de uma próspera classe média

negra, no crescimento da participação das mulheres na sociedade, no progresso sócio-econômico dos hispânicos é inevitável.

Os Estados Unidos tem o mérito de estarem discutindo há décadas a questão da integração social. Não há dúvidas: para judeus, negros, hispânicos, mulheres e católicos romanos, nunca foi tão bom viver nos EUA. É fato, comprova-se, e representa até certo grau uma vitória do movimento.

Mas há armadilhas. Quando o movimento "politicamente correto" ou, antes, uma de suas vertentes, assume uma postura agressiva de patrulha; quando professores de literatura são tachados de preconceituosos por ensinarem escritores "mortos, brancos, europeus e homens"; quando qualquer imprudência verbal pode levar a um processo judicial; quando se abre mão da objetividade em prol de um relativismo total, em que "todas as culturas se equivalem"; então a sociedade, privada de qualquer ponto de referência, se desintegra, e os maiores prejudicados são aqueles que originariamente se pretendia ajudar.

O programa de ação positiva sofre também por seus excessos, a tal ponto que não são poucos os negros que hoje defendem a sua extinção. Pela sua própria natureza, o programa suscitou inúmeros ressentimentos e, o que é pior, lançou sobre os beneficiados a pecha de "incapazes de vencer sem ajuda". Toda sociedade, por mais diversificada que seja — como a dos EUA — precisa se sustentar em valores comuns. Que haja, portanto, um movimento em prol da elevação da linguagem. Que se defenda a igualdade de oportunidades com base na educação de alto padrão para todos. Mas, se o movimento "politicamente correto" ultrapassar as barreiras do razoável, o risco será alto: não haverá mais linguagem comum, e nem consenso sobre o conteúdo — e o significado — da educação. O oposto do totalitarismo, como descrito no início desta dissertação, mostrar-se-á um mal tão grande quanto ele.

INGLÊS

A prova escrita de Inglês consta de três partes: redação sobre tema de ordem geral, com extensão de 350 a 450 palavras (valor de 50 pontos); versão de um ou mais textos (valor de 30 pontos); e leitura e interpretação de um ou mais textos (valor de 20 pontos).

Bibliografia:

1. For vocabulary and general information, three weekly magazines are readily available in most large Brazilian towns: *Time*, *Newsweek* and *The Economist*.

Since articles in these magazines frequently cover the same topics as Brazilian weeklies and dailies such as *Gazeta Mercantil*, prospective candidates may find it helpful to compare texts on similar issues.

Candidates with access to the Internet are advised to consult major English language newspapers such as *The Times*, *The Independent*, *The Guardian*, *The New York Times* and *The Washington Post*, as well as the financial dailies *The Financial Times* and the *Wall Street Journal*.

2. Basic reference works:

2.1. English dictionaries:

The Longman Dictionary of Contemporary English. London, Longman.

The Oxford Advanced Learner's Dictionary of Current English. Oxford, Oxford University Press.

Webster's Collegiate Dictionary. New York, BD&L.

The Random House College Dictionary. New York, Random House.

Language Activator. London, Longman.

Roger's Thesaurus. London, Longman.

- 2.2. Bilingual dictionaries:
 Houaiss, A. *Dicionário Inglês-Português*. Rio de Janeiro, Record.
 Taylor, J.L. *Portuguese-English Dictionary*. Rio de Janeiro, Record.
 Noro Michaelis: *Inglês-Português, Português-Inglês*. São Paulo, Melhoramentos.
- 2.3. Grammar, Usage, etc.:
 Collins *Cobuild English Usage*. London, HarperCollins.
 Cutts, Martin. *The Plain English Guide*. Oxford, Oxford University Press.
 Frank, M. *Modern English*. Englewood-Cliffs, Prentice-Hall. (Plus the useful accompanying exercise books.)
 Leech, G. & Svartvik, J. *A Communicative Grammar of English*. London, Longman.
 Santos, Agenor. *Guia Prático de Tradução Inglesa*. São Paulo, Cultrix.
 Swan, M. *A Practical English Usage*. Oxford, Oxford University Press.
 Thompson, A.J. & Martinet, A.V. *A Practical English Grammar*. Oxford, Oxford University Press.
3. Larger reference works:
Comprehensive Grammar of the English Language. London, Longman.
Oxford English Dictionary. Oxford, Oxford University Press.
The Random House Dictionary of the English Language. New York, Random House.
Webster's Third International Dictionary. New York, BD&L.

Orientação para estudo:

Composition (50 marks)

The examiners expect advanced knowledge of English combined with an ability to put it to effective use in a well-planned composition. A total of 50 marks is awarded for the composition, allocated as follows:

Grammatical accuracy (25 marks): here the examiners assess the correctness and appropriacy of the writing. One point is deducted for each serious mistake and half a point for each minor slip (including punctuation) or spelling mistake. Candidates scoring zero in this section through weak command of English will automatically score zero for the entire composition.

Plan and development of ideas (15 marks): the three main considerations here are:

- (1) the candidate's ability to think clearly and express himself logically in English;
- (2) the relevance of ideas and exemplification to the subject of the composition; and
- (3) organisation of the text as expressed in features such as adequate paragraphing.

Candidates should aim to make their composition as interesting as possible. Although the examiners cannot demand novel ideas, they are likely to be favourably impressed by genuine originality. Apt illustration is a useful way to achieve this end. Passages that have patently been learnt by heart and are artificially engineered into the composition will be penalised.

Quality of language (10 marks): Marks are awarded on a positive basis in this item for good idiomatic English, varied constructions and a display of aptly chosen, broad-ranging vocabulary.

Candidates producing correct but pedestrian English of a distinctly elementary nature may score zero in this section, particularly if this is seen to be playing safe.

Translation (30 marks)

The examiners are looking for a correct, natural rendition in English of one or more texts in Portuguese. Points are deducted for translation faults, grammatical errors, wrong word choice, and bad style, should the latter impair the reading of the text. Half points are deducted for minor mistakes (including punctuation) and spelling.

Reading assessment (20 marks)

The examiners assess ability to comprehend general gist and detailed aspects of one or more texts. They are also interested in observing powers of logical reasoning, grasp of summary, ability to perceive subtle distinctions, as well as command of grammar, usage, vocabulary, register and appropriacy. A variety of question types may be used for this purpose.

Temas de redação de concursos anteriores

1995

"When I am abroad, I always make it a rule never to criticise or attack the government of my own country. I make up for lost time when I come back."

1996

"Colonies do not cease to be colonies because they are independent".

(Benjamin Disraeli)

1997

Analyze the following statement in the light of 20th century history:

"Arms alone are not enough to keep the peace. It must be kept by men. The mere absence of war is not peace."

(John F. Kennedy)

1998

Discuss the following statement in the context of economic integration and globalization.

"The cultural revolution of the later twentieth century can best be understood as the triumph of the individual over society, or rather, the breaking of the threads which in the past had woven human beings into social textures."

(Eric Hobsbawm, *Age of Extremes*)

1999

Discuss the following statement in relation to the issue of state secrets and the role of the press.

"The greatest triumphs of propaganda have been accomplished, not by doing something, but by refraining from doing. Great is the truth, but still greater, from a practical point of view, is silence about the truth."

(Aldous Huxley)

Exemplo de redação

Daniel Roberto Pinto (53,50/60)

"Propaganda" is originally a Latin word meaning "(things) to propagate, to divulge". It implies, thereby, action, doing something. How are we, then, to understand Aldous Huxley's statement that "the greatest triumphs of propaganda have been accomplished, not by doing something, but by refraining from doing"? As a starting point, let us suppose Huxley meant that, in certain contexts, governments should refrain from doing things the way they have announced they would.

Consider Operation Bodyguard, perhaps the greatest propaganda triumph of the 20th century. The British managed to persuade the Germans that the allied invasion of France would take place in Calais not in Normandy. To this end, inflatable tanks, cardboard aircraft and a sizeable number of troops led by none less than General Patton were concentrated in Southeastern England, facing Calais.

Also, radio transmissions, intended to be overheard by the enemy, mentioned that city. And even British spys were told that the actual invasion would take place there, in order to confess accordingly if captured.

The operation borrowed its name from Churchill's famous statement: "In times of war, truth is so precious that it should be surrounded by a bodyguard of lies." Now, this seems to complement -- and, to some extent, clarify, the second part of Huxley's statement: "Great is the truth, but still greater, from a practical point of view, is silence about the truth." No word about Normandy ever leaked to the enemy. As for the press, it was kept under strict military censorship anyway.

Wartime is one of those very few "certain contexts" where this might be justifiable. Regrettably, the control of the press, for the same reason of "silence about the truth" has been a distinctive mark of authoritarian regimes everywhere. Everything falls into the "state secret" category, truth is deemed dangerous, and a bondrized version of reality is substituted for it. A strong case in point is Albania, where television was banned during Enver Hoxha's dictatorship. After its introduction, in the mid 1980's, access to foreign programs helped create a critical state of mind, thus accelerating the fall of communism.

True, state secrets do exist, and every democratic country has norms to protect them. To muzzle the press under the excuse of protecting state secrets is something no country - indeed no government can afford. After a decade or so of an arguably competent administration, Mussolini began himself to believe that "Mussolini is always right", as the slogan had it. He soon got his country involved in a succession of disastrous wars, with direful consequences.

Yes, Lord Acton is right. "...that power tends to corrupt, and absolute power corrupts absolutely". The only antidote to absolute power is an educated population, with full access to reliable information, something only a free press can provide. Over time, this is best for the country and also for its government. Maybe this is the hidden, truer meaning of the first part of Huxley's statement.

Exemplos de versão

Text one:

(Oswaldo Aranha,) como Vargas, embora por razões opostas, não cultivava mágoas. Getúlio, por visão estratégica, por pragmatismo e fleuma. Oswaldo, pelo desprendimento e por um certo desligamento diante das leis da política, que considerava, e de fato para ele o foi, mais uma missão do que uma profissão. Contra algumas de suas regras e contra sua tirania parece ter intimamente batalhado a vida inteira. Ao longo de quatro décadas, ele manteve uma surpreendente e tormentosa relação de lealdade com Getúlio Vargas, um misto de chefe político, "de pai e de irmão mais velho", ligado às suas raízes gaúchas. Ambos eram bacharéis intelectualmente bem formados, de tradição jurídica, literária e humanística. Seus temperamentos políticos eram, no entanto, opostos. A parceria política de ambos, que sobreviveu às grandes intempéries das décadas de 30 e 40, refez-se uma vez mais na tormentosa década de 50, e parece ter se retroalimentado da atração de contrários, isto é, da complementariedade na diferença.

Aranha, abrasador, comunicativo, brilhante nos improvisos, era capaz de atos ousados e impetuosos que o levavam a correr grandes riscos, talvez porque fosse constitutivamente um otimista. Vargas, mais frio, desconfiado e cético quanto à natureza humana, era movido pela perseverante vontade de poder, que exercia em seus mínimos detalhes, ocupando sempre as zonas cinzentas das sutilezas.

(Aspásia Camargo et al, Oswaldo Aranha, A Estrela da Revolução)

Daniel Roberto Pinto (19/20)

(Oswaldo Aranha,) like Getúlio Vargas though for opposite reasons, did not bear grudges. Vargas, for strategic vision, for pragmatism and selfcontrol. Aranha, for its lack of self-ambition as well as for a certain disregard for the laws

of politics. He viewed the latter — and so it was indeed for him — more as a mission than as a career. All of his life, he seems to have waged an intimate battle against some of its rules, and against its tyranny. For four decades, he held a surprising, stormy but loyal relationship with Getúlio Vargas, a blend of political leader, “of father and elder brother”, who, like himself, had its roots in the border state of Rio Grande do Sul. Both were lawyers of solid intellectual background and a legal, literary and humanistic tradition. Nevertheless, their political personalities were thoroughly dissimilar. Apparently, their political partnership, which survived the great turmoil of the 1930's and 1940's and was re-established once again in the tumultuous 1950's; fed on the attraction of opposites, that is, on complementarity in difference.

Aranha, warm, talkative, a brilliant improviser, was a man of daring, impulsive acts, which led him to take great risks, maybe because he was in essence an optimist. Vargas, cooler, by nature more suspicious, and a cynic, was led by a perseverant will for power. This he always exerted to the slightest details, occupying the blurred zone of subtleties.

Text two

Não se faz a descrição de uma casa de maneira desordenada; ponha-se o autor na posição de quem dela se aproxima pela primeira vez; comece de fora para dentro, à medida que vai caminhando em sua direção e percebendo pouco a pouco os seus traços mais característicos com um simples correr d'olhos: primeiro, a visão do conjunto, depois, a fachada, a cor das paredes, as janelas e portas, anotando alguma singularidade expressiva, algo que dê ao leitor uma idéia do seu estilo, da época da construção. Mas não se esqueça de que percebemos ou observamos com *todos* os sentidos, e não apenas com os olhos. Haverá sons, ruídos, cheiros, sensações de calor, vultos que passam, mil acidentes, enfim, que evitarão se torne a descrição uma fotografia pálida daquela riqueza de impressões que os sentidos atentos podem colher. Continue o observador: entre na casa, examine a primeira peça, a posição

dos móveis, a claridade ou obscuridade do ambiente, destaque o que chame de pronto a atenção (um móvel antigo, uma goteira, um vão de parede, uma moessa no reboco, um cão sonolento...). Continue assim gradativamente. Seria absurdo começar pela fachada, passar à cozinha, voltar à sala de visitas, sair para o quintal, regressar a um dos quartos, olhar depois para o telhado, ou notar que as paredes de fora estão descascadas. Quase sempre a direção em que se caminha, ou se poderia normalmente caminhar rumo ao objeto, serve de roteiro, impõe uma ordem natural para a indicação dos seus pormenores.

(Othon Garcia, *Comunicação em prosa Moderna*)

Daniel Roberto Pinto (15/20)

A house should not be described in a disorderly fashion; the writer must act as though he were approaching it for the first time, start from outside inwards, as you walk in its direction and notice, little by little, its most distinctive traits, as your eyes run over it: first, a view of the whole, then the façade, the color of the walls, the windows and doors, marking some expressive singularity, something that gives your reader an idea of the construction style, of when it was built. But bear in mind that we notice or observe with all our senses, not only with the eyes. Sounds, noises, smells, heat sensations, passing shadows; in short, a profusion of incidents that will prevent your description from being just a pale photograph of that wealth of impressions which only attentive senses can grasp. The observer walks on: get into the house, examine the first room, the position of furniture, notice how clean or dark is the ambience, single out whatever details caught your eye first (an antique piece of furniture, a leak in the ceiling, an opening in the wall, a dent in the plaster, a sleepy dog...). Keep on, little by little. It would be absurd to start with the façade, from there go to the kitchen, return to the living room, get out to the garden, back inside to one of the sleeping rooms, then look at the roof, or notice that the outer walls need whitewashing. Almost always, the direction one is taking, or could be expected to take, when walking towards the object serves as a guide, and imposes a natural order for pointing out its characteristics.

Orientação para exame oral

Guidelines

The Oral Exam consists of an interview in which the candidate is examined on a text distributed and prepared shortly beforehand. As part of the exam, the candidate is required to make an oral summary of the text **in his own words**. The summary should take only **one or two minutes** and demonstrate the candidate's comprehension of the text, grasp of the subject and capacity to distinguish between main features and details. The summary is to be made without direct reference to the text. Although candidates may make notes as an *aide-mémoire*, they are strongly recommended not simply to read from them. The marks for the orals will be allocated as follows:

I - FLUENCY	Pronunciation & Diction	15
	Ability to Communicate	15
	Subtotal:	30
II - LANGUAGE	Grammar & Usage	20
	Quality of Language	10
	Subtotal:	30
III - CONTENT	Ability to Discuss Topic	20
	Comprehension of Text	10
	Summary	10
	Subtotal:	40
	TOTAL:	100

QUESTÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS

A prova é oral e tem por objetivo verificar o conhecimento dos antecedentes e da atualidade dos temas internacionais correntes.

A Banca Examinadora valorizará particularmente o tratamento que ressalte os interesses e a visão brasileiros em relação aos temas.

Na arguição, será igualmente avaliada a capacidade do candidato de analisar, organizar e expor o tema. A estrutura da exposição, a articulação e a apresentação pessoal do candidato serão tomadas em conta na aferição da nota.

O candidato sorteará três pontos e terá 15 (quinze) minutos para escolher e preparar sua exposição sobre um deles. A exposição deverá ser de 10 (dez) minutos, seguida de perguntas da Banca Examinadora sobre o tema sorteado.

Exemplos de temas para a prova oral

Os tópicos listados a seguir são apenas exemplificativos. O candidato deve estar preparado para discorrer sobre quaisquer fatos ou fenômenos relevantes da atualidade internacional. Para tanto, é essencial a leitura habitual de jornais e periódicos. O conhecimento jornalístico dos temas não é, porém, suficiente. A preparação para a prova demanda leitura refletida de obras de especialistas em matéria de relações internacionais, bem como de documentos e textos oficiais de política externa, incluindo discursos, pronunciamentos e conferências de autoridades brasileiras (alguns dos quais disponíveis no *site* da Assessoria de Comunicação Social - ACS, do Ministério das Relações Exteriores, www.mre.gov.br).

Cada um dos temas mencionados a seguir deve ser relacionado com os interesses brasileiros no assunto.

1. O cenário mundial pós-Guerra Fria. Novas configurações e antigas rivalidades político-estratégicas.
2. O cenário mundial pós-Guerra Fria. Globalização e regionalização.
3. O cenário mundial pós-Guerra Fria. Dimensões cultural, étnica, confessional e axiológica.
4. Os temas da agenda global. Meio ambiente e desenvolvimento.
5. Os temas da agenda global. Desenvolvimento social e humano.
6. A problemática do desarmamento, não-proliferação e acesso a tecnologias sensíveis no pós-Guerra Fria.
7. O entorno regional. Mercosul.
8. O entorno regional. A integração hemisférica.
9. O entorno regional. As perspectivas de integração com os países Andinos e Amazônicos.
10. Inter-relação entre as agendas comercial, social e ambiental em âmbito global. Migrações, padrões trabalhistas, direitos humanos e meio ambiente.
11. Principais temas na agenda das Nações Unidas. Conselho de Segurança. Assembleia Geral. ECOSOC.
12. Principais temas na agenda da Organização Mundial do Comércio (OMC).
13. Principais temas na agenda do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI). O papel do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Perspectivas de reforma do sistema de Bretton Woods. O papel do Banco de Compensações Internacionais (BIS).
14. Sanções internacionais. Aplicações multilaterais, unilaterais e seletivas. Legalidade, legitimidade e eficácia.
15. Relações Brasil- Estados Unidos e países do NAFTA.
16. Relações Brasil-União Européia e países específicos da região.
17. Relações Brasil-Ásia e países específicos da região.
18. Relações Brasil-África e países específicos da região.
19. Relações Brasil-Oriente Próximo e países específicos da região.
20. Relações Brasil-América Central e Caribe e países específicos da região.

21. Perfil do Brasil na OCDE e UNCTAD.
22. Perfil do Brasil na ZOPACAS, CPLP e Conferência Ibero-Latino-americana.
23. Perfil do Brasil no Grupo do Rio, Cúpulas Hemisféricas e G-15.
24. Perfil do Brasil em termos de segurança hemisférica e operações de paz.
25. A diplomacia presidencial.
26. A diplomacia consular.
27. A diplomacia federativa.
28. Diplomacia, opinião pública, imprensa e academia.
29. A diplomacia pública e parlamentar.
30. A diplomacia político-partidária e o interesse nacional.
31. Diplomacia, defesa nacional e segurança internacional.
32. Diplomacia e comércio exterior no mundo globalizado.

Bibliografia

a) Livros¹ :

- ARON, Raymond. *Guerra e Paz entre as Nações*, Editora da UnB, Brasília, 1983.
- CAMPOS, Roberto. *A Lanterna na Popa: memórias*, 2.^a ed. rev., Topbooks, Rio de Janeiro, 1994.
- FLORÊNCIO, Sergio A. L. e ARAÚJO, Ernesto II. F. *Mercosul Hoje*, Alfa-Omega, São Paulo, 1996.
- FONSECA JR., Gelson e Carneiro Leão, Valdemar (orgs.). *Temas de Política Externa Brasileira*, FUNAG/ Ed. Ática, Brasília, 1989.

¹ As publicações da IPRI/FUNAG podem ser adquiridas (inclusive por via postal) no seguinte endereço

Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Anexo 2 - Terceiro
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 211-6847/6857 - Fax: (61) 322-2951

- FONSECA Jr., Gelson e Nabuco de Castro, Sérgio (orgs.). *Temas de Política Externa Brasileira II* (2 vols.), FUNAG/Paz e Terra, Brasília, 1994.
- FONSECA Jr., Gelson. *A Legitimidade e outras questões internacionais*, Paz e Terra, São Paulo, 1998.
- HOBBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos*, Cia das Letras, São Paulo, 1995.
- KENNEDY, Paul. *Preparando-se para o século XXI*, Campus, Rio de Janeiro, 1995.
- KISSINGER, Henry. *Diplomacy*, Simon & Schuster, London-New York, 1994.
- LAMAZIÈRE, George. *Ordem, Hegemonia e Transgressão: a Resolução 687 (1991) do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a UNSCOM e o regime internacional de não-proliferação de armas de destruição em massa*, Coleção Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, FUNAG, Brasília, 1998.
- MAGNOLI, Demétrio. *Manual do Candidato - Questões Internacionais Contemporâneas*, FUNAG, Brasília, 1995.
- MORGENTHAU, Hans J. *Politics among Nations: The Struggle for Power and Peace*, Alfred Knopf, New York.
- PATRIOTA, Antonio de Aguiar. *O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo: a articulação de um novo paradigma de Segurança Coletiva*, Coleção Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, FUNAG, Brasília, 1998.
- RICUPERO, Rubens. *Visões do Brasil: ensaio sobre a história e a inserção internacional do Brasil*, Record, Rio de Janeiro, 1995.
- SEIXAS CORREIA, Luiz Felipe de (organizador, autor do prefácio e dos comentários). *A Palavra do Brasil nas Nações Unidas (1946-1995)*, FUNAG, Brasília, 1995.
- WEISS, Th. G., Forsythe, D.P., e Coate, R. A. *The United Nations and Changing World Politics*, Westview Press, Boulder/San Francisco-Oxford, 1994.

b) Artigo:

- BARBOSA, Rubens Antonio. "O Brasil e suas opções internacionais", *in Política Externa*, vol.3, n.º 3, 1994-1995.

Bibliografia sugerida:

Além da bibliografia acima identificada anteriormente, sugere-se a leitura de:

- livros de diplomatas que, como resultado de suas experiências no exercício de altas funções na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, consagraram sua visão da diplomacia e de períodos da política externa brasileira:

- BARBOSA, Mario Gibson Alves. *Na Diplomacia, o traço da vida*, Record, RJ, 1992.
- CORRÊA Jr., Manoel Pio. *O mundo em que vivi*, Expressão e Cultura, RJ, 1996.
- GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *Lembranças de um empregado do Itamaraty*, Siciliano, SP, 1992.
- LIMA, Paulo Tarso Flecha de. *Caminhos Diplomáticos, 10 anos de agenda internacional (1985-1995)*, Francisco Alves, RJ, 1997.

- publicações do IPRI/FUNAG na *Coleção Política Externa* e os *Cadernos do IPRI* (Instituto de Pesquisas em Relações Internacionais);

- periódicos especializados em relações internacionais, notadamente as revistas *Foreign Affairs* (www.foreignaffairs.org) e *Política Externa* (Ed. Paz e Terra, São Paulo). Outras publicações recomendadas: *Le Monde Diplomatique* (www.monde-diplomatique.fr/index.html), *Carta Internacional* (www.usp.br/reimt, USP/FINEP/FUNAG, São Paulo), *Contexto Internacional* (IRI/PUC-Rio), *Revista Brasileira de Política Internacional* (RBPI) e a *Revista Parcerias Estratégicas*, publicada pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República - S/AE/PR.

Sugere-se, ainda, a leitura da *Revista de Política Exterior do Brasil*, publicação trimestral do Centro de Documentação do Ministério das Relações Exteriores, na qual estão consignados atos internacionais, discursos, comunicados conjuntos e outros documentos oficiais. A resenha é encontrada em bibliotecas públicas e universitárias.

Alguns dos títulos sugeridos na bibliografia não têm tradução para o português. A revista *Foreign Affairs* publica anúncios de serviços especializados no envio de livros (de quaisquer editores) a todas as partes do mundo.

HISTÓRIA

A prova de História constará de 5 (cinco) dissertações, de curta extensão, 3 (três) das quais tratarão do Brasil.

A) HISTÓRIA DO BRASIL

Programa:

1. A independência e seus antecedentes: a situação política europeia e a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil. A influência das idéias liberais e suas principais manifestações. O Brasil, sede da Monarquia Portuguesa: problemas econômicos, sociais e administrativos. A política externa. O Constitucionalismo português e a Independência do Brasil.
2. O Brasil Imperial - Política e Administração: a Constituição de 1824. A evolução dos partidos políticos. Os movimentos políticos e suas influências socioeconômicas.
3. O Brasil Imperial - Economia: a estrutura econômica. A política econômico-financeira do Império até 1844. O protecionismo alfândegário e suas consequências. A mão-de-obra: o braço escravo, o trabalhador assalariado.
4. O Brasil Imperial - Sociedade e Cultura: a população. A estrutura social. Vida cultural.
5. O Brasil Imperial - Política Externa: o reconhecimento da independência. Os problemas platinos. As fronteiras. Questões com a Inglaterra.
6. O advento da República: as crises no fim do Império. A questão religiosa, as questões militares e a abolição da escravatura. O Partido Republicano: suas idéias e ações. O Positivismo.
7. O Brasil Republicano - Política e Administração:
 - a) A Primeira República (1889-1930) - O Governo provisório. A Constituição de 1891. A Emenda Constitucional de 1926. A Revolução de 1930.

b) A Segunda República (a partir de 1930) - O Constitucionalismo de 1932. A Constituição de 1934. O Estado Novo e a Constituição de 1937. A redemocratização e a Constituição de 1946. A Constituição de 1967. A Constituição de 1988.

8. O Brasil Republicano - Economia:

a) A Primeira República (1889-1930) - A estrutura econômico-financeira, as heranças imperiais e as modificações trazidas pela Primeira República. A crise de 1929 e suas consequências.

b) A Segunda República (a partir de 1930) - A industrialização. A política de desenvolvimento após a Segunda Guerra Mundial.

9. O Brasil Republicano - Sociedade e cultura: a população, a expansão demográfica, a migração e a colonização, as migrações internas e a urbanização. A estrutura social. A legislação trabalhista. Aspectos da cultura do período.

10. O Brasil Republicano - Política Externa:

a) A Primeira República (1889-1930) - o reconhecimento da República e os problemas diplomáticos até 1898. A obra do Barão do Rio Branco. O Brasil e o Pan-americanismo. A Primeira Guerra Mundial e o Brasil na Liga das Nações.

b) A Segunda República (a partir de 1930) - a política externa do Brasil. A Segunda Guerra Mundial. O Brasil e a ONU. O Brasil e a OEA.

11. Transformações na formação social brasileira a partir dos anos 60:

a) A conjuntura que precedeu 64 e as alterações decorrentes da mobilização político-militar.

b) O período 1964-1985. Os governos militares. Sociedade e política. O modelo tecnoburocrático capitalista e as diretrizes econômicas. Os atos institucionais. A ideologia da Segurança Nacional. Os aspectos da cultura do período.

B) HISTÓRIA MUNDIAL CONTEMPORÂNEA

Programa:

1. Estruturas e idéias econômicas

Da Revolução Industrial ao capitalismo organizado: séculos XVIII a XX. Características gerais e principais fases do desenvolvimento capitalista (desde aproximadamente 1780). Principais idéias econômicas: da fisiocracia ao liberalismo. Marxismo. As crises e os mecanismos anti-crise: a Crise de 1929 e o "New Deal". A prosperidade no segundo pós-guerra. O "Welfare State" e sua crise. O Pós-Fordismo e a acumulação flexível.

2. Revoluções

As revoluções burguesas. Processos de independência na América. Conceitos e características gerais das revoluções contemporâneas. Movimentos operários: luditas, cartistas e "Trade Unions". Anarquismo. Socialismo. Revoluções no século XX: Rússia e China. Movimentos revolucionários na América Latina: os casos do México e de Cuba.

3. As Relações internacionais

Modelos e interpretações. O Concerto Europeu e sua crise (1815-1918): do Congresso de Viena à Santa Aliança e à Quádrupla Aliança, os pontos de ruptura, os sistemas de Bismarck, as Alianças e a diplomacia secreta. As rivalidades coloniais. A Questão balcânica (incluindo antecedentes e desenvolvimento recente). As causas da Primeira Guerra Mundial. Os 14 pontos de Wilson. A Paz de Versalhes e a ordem mundial resultante (1919-1939). A Liga das Nações. A "teoria dos dois campos" e a coexistência pacífica. As causas da Segunda Guerra Mundial. As conferências de Moscovo, Teerã, Ialta, Potsdam e São Francisco e a ordem mundial decorrente. Bretton Woods. O Plano Marshall. A Organização das Nações Unidas. A Guerra Fria: a noção de bipolaridade (de Truman a Nixon). Os conflitos localizados. A

"détente". A "Segunda Guerra Fria" (Reagan-Bush). A crise e a desagregação do bloco soviético.

4. Colonialismo, imperialismo, políticas de dominação

O fim do colonialismo do Antigo Regime. A nova expansão européia. Os debates acerca da natureza do Imperialismo. A partilha da África e da Ásia. O processo de dominação e a reação na Índia, China e Japão. A descolonização. A Conferência de Bandung. O Não-Alinhamento. O conceito de Terceiro Mundo.

5. A evolução política e econômica nas Américas

A expansão territorial nos EUA. A Guerra de Secessão. A constituição das identidades nacionais e dos Estados na América Latina. A doutrina Monroe e sua aplicação. A política externa dos EUA na América Latina. O Pan-Americanismo. A OEA e o Tratado do Rio de Janeiro.

6. Idéias e regimes políticos

Grandes correntes ideológicas da política no século XIX: liberalismo e nacionalismo. A construção dos Estados nacionais: a Alemanha e a Itália. Grandes correntes ideológicas da política no século XX: democracia, fascismo, comunismo. Ditaduras e regimes fascistas. O novo nacionalismo e a questão do fundamentalismo contemporâneo.

7. A vida cultural

O movimento romântico. A cultura do imperialismo. As vanguardas européias. O modernismo.

Bibliografia:

A) História do Brasil:

CAMPOS, Flávio e Dohnnikoff, Miriam. *Manual do Candidato - História do Brasil*, FUNAG, Brasília, 1995.

CARONE, Edgar. *A República Velha*, DIFEL, São Paulo.

———. *A Segunda República*, DIFEL, São Paulo.

———. *A Terceira República (1930-1937)*, DIFEL, São Paulo.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite imperial*, Campus, Rio de Janeiro, 1980.

———. *Teatro de Sombras: a Política Imperial*, Vértice/IUPERJ, Rio de Janeiro, 1988.

CERVO, Amado e BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*, Ática, São Paulo, 1992.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*, Ed. Ciências Humanas, São Paulo, 1979.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*, Globo, Porto Alegre, 1979.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*, EDUSP/Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

FERRIRA, Marieta de Moraes. *Em busca da Idade de Ouro*, Ed. da UFRJ/Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1994.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*, Agulhar, Rio de Janeiro, 1977.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*, Cia. Editora Nacional, São Paulo.

GOMES, Ângela de Castro. *Burguesia e Trabalho: política e legislação social no Brasil 1917-1937*, Campus, Rio de Janeiro, 1979.

———. *A invenção do Trabalhismo*, Relume Dumará, RJ, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil Monárquico: do Império à República*, vol. 5, da *História Geral da Civilização Brasileira*, DIFEL, São Paulo, 1972.

——— e FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, DIFEL, São Paulo.

- IGLESIAS, Francisco. *Trajetória Política do Brasil*, Cia. das Letras, São Paulo, 1993.
- LENHARO, Alcir. *A Sacralização da Política*, Papirus, Campinas, 1986.
- LESSA, Renato. *A Invenção Republicana*. Vértice/IUPERJ, Rio de Janeiro, 1988.
- MATTOS, Ilmar Roholoff de. *O Tempo Saquarema*, Hucitec/INI, São Paulo, 1987.
- PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*, Brasiliense, São Paulo.
- . *A Formação do Brasil Contemporâneo*, Brasiliense, São Paulo.
- SCHWARTZ, Liliam Moritz. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca dos trópicos*. Companhia das Letras, São Paulo, 1999.

B) História Mundial Contemporânea:

- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*, EDUNESP, São Paulo, 1996.
- BARRACLOUGH, G. *Introdução à História Contemporânea*, 4.^a ed., Zahar, Rio de Janeiro, 1976.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*, Cia das Letras, São Paulo, 1986.
- CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo. *Desenvolvimento e Dependência na América Latina*, Zahar, Rio de Janeiro.
- CASTAÑEDA, Jorge C. *A utopia desarmada*, Cia das Letras, São Paulo, 1993.
- GAY, Peter. *A cultura de Weimar*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978.
- GRENVILLE, J. A. S. *A History of the World in the Twentieth Century*, The Belknap Press of Harvard University Press, Cambridge, Mass., 1994.
- HALL, J. A. *Powers and Liberties, the causes and consequences of the rise of the West*, Penguin, London, 1992.
- HALPERIN DONGHI, Tulio. *História da América Latina*, Paz e Terra, São Paulo, 1975.
- HOBBSBAWM, Eric. *A Era das Revoluções*, Paz e Terra, São Paulo, 1975.

- . *A Era do Capital*, Paz e Terra, São Paulo, 1977.
- . *A Era dos Impérios*, Paz e Terra, São Paulo, 1988.
- . *Nações e nacionalismo desde 1780*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1990.
- . *A Era dos Extremos*, Cia. das Letras, São Paulo, 1995.
- JOUVENEL, Bertrand de. *As Origens do Estado Moderno*, Zahar, Rio de Janeiro, 1979.
- MAYER, Arno. *A Força da Tradição*, Cia. das Letras, São Paulo, 1990.
- O'GORMAN, Edmundo. *A Invenção da América*, UDENESP, São Paulo, 1992.
- OLIVER, Roland. *A Experiência Africana*, Zahar, Rio de Janeiro, 1994.
- RAMA, Angel. *A Cidade das Letras*, Brasiliense, São Paulo, 1985.
- SAID, Edward W. *Orientalismo*, Cia das Letras, São Paulo, 1990.
- VAISSE, Maurice. *Les Relations Internationales depuis 1945*, A. Collin, Paris, 1990.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *Historical Capitalism*, Verso, London, 1993.

A título de orientação para os candidatos que desejarem aprofundar o conhecimento da matéria, ou que tiverem dificuldade em obter alguma das obras listadas anteriormente e procurarem leitura alternativa, sugerem-se os seguintes livros adicionais:

- BERG, Eugène. *La Politique Internationale depuis 1955*, Economica, Paris.
- BEAUD, Michel. *História do Capitalismo de 1500 a nossos dias*, Brasiliense, São Paulo, 1987.
- BERG, Eugène. *La Politique Internationale depuis 1955*, Economica, Paris.
- FERRO, Marc. *História das Civilizações – das conquistas às independências, séc. XVII ao XX*. Companhia das Letras, São Paulo, 1996.
- JOLL, James. *Europe since 1870*, Penguin Books, London, 1990.
- KAGARLITSKY, Boris. *A Desintegração do Monólito*, UNESP, São Paulo, 1991.
- MORSE, Richard. *O Espelho de Próspero*, Cia das Letras, São Paulo, 1988.

ROBERTS, J. M. *History of the World*, New edition, Penguin, London, 1990.

PANIKKAR, K.M. *A Dominação Ocidental na Ásia*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977.

THE NEW CAMBRIDGE MODERN HISTORY (vol. 9 a 12), Cambridge University Press, Cambridge.

THOMSON, D. *Pequena História do Mundo Contemporâneo*, Zahar, Rio de Janeiro, 1976.

VIZENTINI, Paulo. *Da Guerra Fria à Crise (1945-1992)*, EDUFGRS, Porto Alegre, 1992.

———. *A Grande Crise*, Vozes, Petrópolis, 1992.

Exemplo de Prova

Responda às questões que se seguem. A resposta a cada questão não deverá exceder a duas páginas. Cada questão vale 20 pontos.

1) Alberto Torres, um dos expoentes do pensamento conservador no Brasil, assim se expressava em junho de 1914, na introdução de sua obra *O Problema Nacional Brasileiro*:

“Nossa história é toda feita dessas sucessivas peregrinações em prol de idéias arbitrariamente concebidas para as quais caminhamos às cegas, pensando realizá-las de improviso e objetivando-as com o mesmo olhar ingênuo do homem rústico que fosse colocado diante da tela, onde tivesse de pintar uma paisagem... Nenhum outro povo tem tido, até hoje, vida mais descuidada do que o nosso. O espírito brasileiro é ainda um espírito romântico e contemplativo, ingênuo e simples, em meio de seus palácios e avenidas, de suas bibliotecas e de seus mostruários de elegâncias e de vastos idealismos. Com uma civilização de cidades ostentosas e de roupagens, de idéias decoradas, de encadernação e de formas, não possuímos nem economia, nem opinião, nem consciência de nossos interesses práticos, nem juízo próprio sobre as coisas mais simples da vida social.”

Comente o trecho acima citado, considerando especialmente:

a) a crítica do autor a uma certa tradição intelectual da vida social brasileira;

b) a conjuntura em que aquele diagnóstico está sendo formulado e suas implicações; e

c) os possíveis desdobramentos que a crítica de Alberto Torres veio a ter para a formulação de uma política de teor nacionalista pelo regime varguista, particularmente a partir do Estado Novo.

Renato de Ávila Viana (20/20)

“Somos uns desterrados em nossa própria terra”. A afirmação de Sérgio Buarque de Hollanda é expressão emblemática da perplexidade que assaltava a elite brasileira durante todo o Século XIX e as primeiras décadas do Século XX. A uma visão etnocêntrica do povo associava-se uma perspectiva eurocêntrica em relação ao meio-ambiente local, num fenômeno que Roberto Ventura denominou “auto-exotismo”. A formação da identidade nacional foi marcada pela idéia de civilização europeia transplantada para os trópicos. Assim, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1838 com o fim de “escrever” a História do Brasil, não disfarçava o tom civilizatório e laudatório da visão de seus integrantes. Tal visão lançou profundas raízes no pensamento brasileiro: Sílvio Romero e sua teoria segundo a qual o “sangue branco” deveria prevalecer, e Nina Rodrigues (*As Coletividades Anormais*), apregoando ser o mestiço inadequado para a vida no litoral, são exemplos dessa tendência.

A passagem do Século testemunham o ápice do mundo machadiano: a sociedade carioca e sua miríade de sutilezas eram o retrato fiel da pretensão europeizante da elite brasileira. Algumas vezes, todavia, começaram a apontar a necessidade da valorização do elemento nacional. Lima Barreto, com seu Polícarpo Quaresma a falar em tupi-guarani no Parlamento, simboliza a preocupação crescente de certos pensadores em afirmar os particularismos da reação brasileira, dando vazão a idéias como as do Bispo Azeredo Coutinho, que já no Século XIX criticava a teoria climática de Montesquieu, ou as de Santiago Nunes Ribeiro, que relativizava

o determinismo de Buffon e do mesmo Montesquieu.

Alberto Torres, criticando aquela visão eurocêntrica do pensamento brasileiro, não estava tão somente preocupado com a afirmação de um proto-nacionalismo. É importante salientar que, à época em que escrevia, as oligarquias dominantes já começavam a apresentar fissuras. A Campanha Carlista, de 1910, trouxe à tona a crítica ao domínio oligárquico e a defesa do voto secreto pela base de Ruy Barbosa. Ora, semelhantes proposições causavam espanto ao espírito conservador de Alberto Torres, que as qualificava de "idéias decoladas". Para ele, tal idealismo era expressão de ideologias estrangeiras, que não levavam em consideração as peculiaridades brasileiras.

É interessante ressaltar, ainda, o quadro internacional da época, às vésperas da Primeira Guerra Mundial. Durante o conflito, foram colocadas em prática as idéias do Ministro Lauro Muller, que alçaram o Brasil à condição de satélite dos Estados Unidos da América, o que se refletiu no apoio brasileiro, com alimentos e matérias-primas para a indústria bélica, à campanha aliada. Alberto Torres, defensor de maior "consciência de nossos interesses práticos", recusava que o Brasil arminhasse a reboque das grandes potências.

Os desdobramentos do pensamento de Alberto Torres justificavam posteriormente. No tocante ao nacionalismo varguista, percebe-se a preocupação em dotar o Brasil de economia mais independente (industrialização com substituição de importações) e de opinião própria. Influenciado pelo integralismo, que se opunha ao capital internacional, o regime de Vargas acentua o nacionalismo, que encontrava respaldo no pensamento da época, como na campanha "O petróleo é nosso" de Monteiro Lobato.

2) O tema da ordem econômica ocupou um significativo espaço nos debates da Constituinte de 1934. Leia atentamente o texto abaixo e analise-o à luz dos referidos debates:

"O Estado, Sr. Presidente, num país como o nosso, pode estimular e amparar a produção, proteger o trabalho, determinar rumos coordenadores e são para que esses fatores se processem num ambiente de harmonia, reduzindo ao mínimo os atritos criadores dos problemas

sociais; nunca, porém, Sr. Presidente, agindo por descabidas intervenções no campo da produção, perturbando e cerceando iniciativas dignas de amparo, fazendo desaparecer os estímulos criadores do progresso, quando o Estado ainda não se mostrou tecnicamente capaz de resolver problemas fundamentais de nossa nacionalidade como os da educação e valorização do nosso homem." (Roberto Simonsen, 1934, apud Carone, Edgard. *A Segunda República (1930-1937)*. São Paulo, Difel, 1973, p. 186).

José Gilberto Scandiucci Filho (20/20)

De modo muito genérico, poder-se-ia afirmar que os debates da Constituinte de 1934 opunham dois grandes grupos entre si. De um lado, os grupos ligados aos interesses da República Velha, particularmente as elites regionais de São Paulo e parte de Minas Gerais. De outro lado, os grupos mais diretamente envolvidos na Revolução de 1930 — burocratas civis, "tenentes", elites regionais pouco satisfeitas com a República Velha.

No tema da ordem econômica, contudo, as associações eram algo mais confusas que a bipolaridade acima.

Em primeira instância, fazia-se presente o problema da crise da economia cafeeira. Problemas tanto do lado da oferta (as sucessivas políticas de valorização do café estimularam produções crescentes), quando da demanda (depressão dos anos 1930, com particular impacto sobre as mercadorias agrícolas) apontaram para a superprodução do produto. Nesse sentido, é curioso notar que, dada a importância do café para as exportações nacionais (de longe o primeiro produto em sua pauta), o governo federal continuou a sustentar seus preços, por anos após a derrocada da República Velha. Uma "política keynesiana precoce", de acordo com Celso Furtado ("Formação Econômica do Brasil").

Em última instância, contudo, a problemática mais geral permanecia. Poder-se-ia socializar as perdas econômicas do café pelo conjunto da sociedade, sim — mas qual seria a nova fonte de expansão, a alternativa de dinamismo econômico? É aqui que jaz o debate sobre a industrialização nacional.

Em retrospectiva, poder-se-ia argumentar que o projeto de industrialização

nacionais do período Vargas (1930-45) surgiu de uma aliança entre três setores: os burocratas civis (que tinham na indústria um componente essencial da segurança nacional), os militares (preocupados com a modernização das Forças Armadas), e os industriais (por óbvios interesses financeiros).

Nos debates da Constituinte de 1934, contudo, é interessante notar que os setores industriais ainda não apostavam na intervenção direta e ampla do Estado no processo de industrialização. Acreditavam, embora com restrições, nas "leis do mercado" — inclusive porque haviam surgido às margens de uma economia agro-exportadora, cuja política econômica baseava-se na doutrina liberal. (Note-se, de passagem, que vários deles haviam manifestado solidariedade a Washington Luís, na crise de 1930).

Nos primeiros anos do governo Vargas, portanto, os setores industriais reivindicavam a ação do Estado apenas se circunscrevia à infraestrutura (social e de transporte) necessária ao processo de industrialização. A industrialização, em si, deveria partir da Nação para o Estado, e não o contrário. O historiador Boris Fausto nota como Roberto Simonsen apostava no movimento *social* em direção à industrialização — organizando comitês, fundando a Escola de Sociologia e Política etc.

O tempo, contudo, provava o contrário. O Estado interveio de forma contundente e efetiva no processo de industrialização. A própria Constituição de 1934 impunha a nacionalização progressiva de várias atividades econômicas — na linha, aliás, das críticas ao liberalismo que se estendiam por todo o globo. A ação estatal torna-se mais sistemática a partir do início do Estado Novo (1937), e ganha o significativo impulso com a entrada do Brasil na II Guerra Mundial (1942). A partir de então, coube ao Estado intervenção direta na indústria — ação que, longe de "perturbar e cercear iniciativas dignas de amparo", estimularam-na fortemente.

3) Considerando a evolução dos partidos políticos no decorrer do Império, caracterize, com base no parágrafo abaixo, a política liberal do início do Segundo Reinado:

"... os nossos negócios andam infelizmente em continuada ação e reação: quando predomina o sentimento democrático, os nossos políticos levam-no até baterem nas portas da anarquia; quando predomina ... o sentimento monárquico, o de fortalecer o poder, vão pelo arbítrio, até bem perto do absolutismo." (João Mauricio Wanderley. In: Sérgio Buarque de Holanda. Org. *História Geral da Civilização Brasileira, O Brasil Monárquico*. Tomo II, p. 522).

George de Oliveira Marques (19/20)

Durante o período regencial o Brasil viveu uma experiência inédita de descentralização. O Ato Adicional de 1834 alterava o modelo centralizador da Constituição de 1824. Os Conselhos das Províncias foram elevados à condição de Assembléias (podiam passar leis). As Guardas Nacionais seriam as forças militares das províncias, sujeitas ao Juiz de Paz local. Os Presidentes das Províncias ainda eram indicados pelo poder central. As modificações atendiam aos interesses das oligarquias locais, que queriam maior autonomia para tratar seus problemas internos.

As inúmeras revoltas durante o período regencial (Cabanagem, Balaiado, Sabinada) pareciam confirmar a assertiva que o Ato Adicional era o "documento da anarquia" (modo como foi descrito ao ser apresentado na Assembléia Nacional). Com o Golpe da Marquês e o início do Segundo Reinado reiniciou-se o debate entre tendências centralizadoras e descentralizadoras.

A Constituição garantia amplos poderes à D. Pedro II como titular do Poder Moderador. Ele, entretanto, procurava equilibrar-se entre as diversas diferenças e disputas oligárquicas existentes. Os debates entre centralismo e autonomia tinham destas diferenças, assim como a organização partidária.

Os partidos Liberal e Conservador surgiram de aglutinação de interesses

e não de fundamentação ideológica. As atitudes e plataformas políticas de um e de outro eram praticamente indistinguíveis (embora Raymond Viana detectasse uma tendência mais centralizadora no Partido Conservador). Daí surgia o dito popular: "Nada mais conservador que um liberal no poder, nada mais liberal que um conservador na oposição".

No sistema político rotulado de "Parlamentarismo às avessas" o Imperador escolhia o gabinete ministerial e, depois, convocava eleições que, através da manipulação e da fraude, davam maioria parlamentar ao gabinete. O posicionamento em relação à autonomia das províncias dependia de quem ocupava o poder central, e como suas diretrizes se chocavam com os interesses das oligarquias locais.

4) Edward Saïd, em seu trabalho *Orientalismo*. O Oriente como invenção do Ocidente, assim define o que irá entender por orientalismo:

"Tomando o final do século XVIII como um ponto de partida muito grosseiramente definido, o orientalismo pode ser discutido e analisado como a instituição organizada para negociar com o Oriente — negociar com ele, fazendo declarações a respeito, autorizando opiniões sobre ele, descrevendo-o, colonizando-o, governando-o; em resumo, o orientalismo como um estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente." (op. cit., p. 15).

A partir dessa reflexão, estabeleça as possíveis correlações com a política imperialista das potências européias no final do século XIX.

Celso de Arruda França (20/20)

Edward Saïd, consagrado professor da Univ. de Columbia (N. Iorque, EUA), insurge-se contra a pretensão dos círculos acadêmicos ocidentais (notadamente o britânico, mas também o francês e o norte-americano) de uniformizar a representação do Oriente com o fim específico de colocar o saber a serviço da dominação política e econômica.

Combinando ideias de A. Gramsci (hegemonia e cultura), de M. Foucault (arqueologia do saber) e de C. Lévi-Strauss (sobre a necessidade da mente humana de ordenar os objetos assimilados, colocando-os em determinado lugar), Saïd estabelece que, desde *Os Gregos* e *Os Persas* (clássicos gregos), passando pela época das cruzadas e a expansão do Islã, até os dias de domínio britânico sobre o Egito, o Oriente é descrito como uma sociedade ora derrotada (e chorosa), ora como um desafio a ser conquistado (Benjamin Israel atribuiu ao estudo do orientalismo como "uma carreira" apaixonante).

Saïd vale-se dos anais do parlamento britânico para corroborar seus argumentos, citando, para tanto, discursos proferidos no final do século XIX que caracterizam a "mente oriental" como "preguiçosa", "irracional", "mentirosa" e incapaz de se autogovernar (são citados um ex-Primeiro-Ministro e um diplomata que atuou no Egito por muitos anos). Outros exemplos são citados (ênfase às obras acadêmicas) para concluir que o orientalismo foi, de fato, organizado para servir de instrumento de dominação política e econômica, justificando o imperialismo, ideologicamente.

Por sua vez, o imperialismo do Séc. XIX foi analisado por diversos autores, tais como: J. Hobson, K. Kautsky e V. I. Lênin, que são os precursores das teorias de relações internacionais que explicam o cenário mundial à luz da crescente expansão do capitalismo ocidental (o conceito de economia-mundo de I. Wallerstein).

De fato, o imperialismo é característica do final do Séc. XIX. Os ingleses dominaram o Egito e a África do Sul (derrota dos Boeres) e tentaram construir um corredor do Rio Nilo ao Cabo da Boa Esperança. Aos franceses coube a África Ocidental e aos alemães, belgas, espanhóis, italianos e portugueses, conberam porções menores do continente. Na Ásia, a França detinha a Indochina; a Holanda as ilhas da Indonésia, e a Grã-Bretanha controlava a Índia. Em verdade, a confrontação hegemônica entre potências européias determinava perdas e ganhos de territórios nestes continentes. Nos EUA, o imperialismo significou penetração no Pacífico e no Caribe.

Malgrado seja explícito o seu conteúdo econômico — expansão comercial e conquista de novos mercados — o imperialismo necessitou de um argumento ideológico em seu favor para se perpetuar. O pensamento dos "orientalistas" serviu a este fim.

Hoje, nos dias em que vivemos, segundo E. Saïd, a "hegemonia das minorias construtoras", o Oriente continua a ser objeto acadêmico — os "estudos de área" — repetindo-se, *mutatis mutandis*, o padrão funcional do Séc. XIX.

5) A Conferência de Bandung (1955) reuniu 23 países asiáticos e 6 países africanos. Compreendida como a manifestação de um terceiro grupo de Estados, que estreava na cena mundial, situando-se fora dos dois blocos de poder, foram qualificados por Albert Sauvy de “terceiro mundo”. Em que medida este “terceiro mundo” influir nas relações internacionais?

Gabriel Boff Moreira (20/20)

Em fim da II Guerra Mundial, as principais potências vitoriosas na guerra reuniram-se em duas célebres conferências: a de Ialta, na Armênia, e em Potsdam. Dentre elas as duas mais importantes potências (Estados Unidos e União Soviética) iniciaram o processo de divisão do mundo em áreas de influência, o que iria se intensificar a partir de 1949. Naquele ano, a União Soviética faz saber ao mundo que também possui a bomba atômica, iniciando, assim, um período de intensa rivalidade com os Estados Unidos, até 1955. Esse período é comumente conhecido como o de guerra fria rígida, com uma intensa polarização.

A partir de 1955, com o fim do veto norte-americano e soviético ao ingresso de novos membros, a ONU recebe em seus quadros uma série de novos países — a ponto de, no início da década de 1960, já possuir o dobro de seus membros originais. Esses novos países têm uma característica peculiar: são formados no processo de descolonização. Suas áreas de interesse dentro da ONU são, principalmente, os fóruns onde se debate o tema do desenvolvimento: o Conselho Econômico e Social (ECOSOC) e a UNCTAD, a partir de 1964.

As relações de poder depois de 1955 passam a ocorrer de forma mais complexa. Os novos países surgidos do processo de descolonização, e aqueles que não possuem interesse direto no conflito entre as duas grandes potências, passam a perseguir uma posição autônoma em relação à bipolaridade. Uma série de fatos reflete essa visão e contribuem para o desenvolvimento posterior da concepção terceiro-mundista. Como exemplos, podem ser citadas a nacionalização do Canal de Suez por Nasser, adotando uma posição de afronta à Inglaterra e França; e a ruptura de Tito com a União Soviética de Stálin. Esses dois fatos deram substância ao discurso dos países que se chamavam excluídos do processo decisório internacional.

Foi nas Conferências de Bandung (1955) e de Belgrado, entretanto, que os países “excluídos” se transformaram em um bloco com instituições próprias. A grande questão envolvendo o terceiro-mundo era a luta pelo desenvolvimento. O conflito Leste-Oeste, na sua visão, interessava tão somente às potências envolvidas. Estas, no entanto, tentavam captar os países pobres e utilizá-los como instrumento de poder. O bloco terceiro-mundista rançou com essa visão e introduziu na esfera internacional o conflito Norte-Sul, entre os desenvolvidos e os pobres. As questões estratégicas deixaram de ser prioridade para os terceiro-mundistas, sendo o desenvolvimento elencado como seu objetivo último.

Os países do terceiro-mundo reuniram-se em torno de G77 e dominaram, praticamente, a agenda da ONU na década de 60 e 70. Os principais espaços da ONU para isso eram o ECOSOC, concebido especialmente para tratar de temas relacionados ao desenvolvimento, com suas agências especializadas (CEPAL, p.e.), e a UNCTAD, surgida para contrapor a força dos países no GATT. Além dos temas econômicos, o terceiro-mundo teve um importante papel no processo de descolonização. A medida que os países recém-descolonizados iam ingressando na ONU, aumentaram a pressão para que novas colônias se tornassem independentes.

Durante a década de 1980, em consequência da crise da dívida externa e da expansão de ideais neoliberais (Reagan e Thatcher), o terceiro-mundismo perdeu peso político, e o tema do desenvolvimento passou a se vincular secundariamente a outros temas, como meio-ambiente (rede Rio-92) e direitos humanos (Conferência de Viena, em 1993), não mais com destaque na agenda internacional.

GEOGRAFIA

A prova de Geografia constará de 5 (cinco) dissertações, de curta extensão, 3 (três) das quais tratarão do Brasil.

Programa:

1 - Sociedade e Espaço: o campo de reflexão da Geografia.

1.1 - Espaço e valor: teorias e conceitos da Geografia Econômica.

1.2 - Espaço e poder: teorias e conceitos da Geografia Política.

1.3 - Espaço e tempo: teorias e conceitos da Geografia Histórica.

1.4 - Espaço e representação: teorias e conceitos da Geografia Cultural.

1.5 - As teorias geográficas da relação sociedade/natureza.

2 - A Formação Territorial do Brasil.

2.1 - Macrodivisão natural do Espaço brasileiro (relevo, clima, vegetação e hidrografia).

2.2 - Os grandes eixos de ocupação do território e a cronologia do processo.

2.3 - A definição dos limites territoriais do Brasil.

2.4 - A estruturação da rede de cidades no Brasil e os processos recentes de urbanização.

2.5 - O processo de industrialização e as tendências atuais da localização das indústrias no Brasil.

2.6 - O processo de modernização da agricultura no Brasil e suas tendências atuais.

2.7 - Regionalização e divisão inter-regional do trabalho no Brasil.

3 - O Brasil no Contexto Geopolítico Mundial.

3.1 - O processo de globalização econômica e a divisão internacional do trabalho.

3.2 - Herança colonial, condição periférica e industrialização tardia: a América Latina.

3.3 - Transnacionalização da economia e globalização das relações: o período técnico-científico.

3.4 - A nova ordem internacional e as tendências geopolíticas na escala global: a formação de blocos.

3.5 - O processo de estruturação e os objetivos do MERCOSUL.

3.6 - Perspectivas de integração na bacia amazônica.

4 - A Questão Ambiental no Brasil e os Desafios do Desenvolvimento Sustentável.

4.1 - As demandas de saneamento básico e a qualidade de vida nas cidades brasileiras.

4.2 - Desmatamentos e avanços da fronteira agropecuária no Brasil.

4.3 - O meio ambiente e as políticas de ocupação da Amazônia.

4.4 - Os ecossistemas brasileiros e as principais causas de sua degradação.

4.5 - A consciência ambiental e o planejamento de usos sustentáveis do solo.

Bibliografia:

BECKER, Bertha e EGLER, Cláudio. *Brasil: Uma Nova Potência Regional na Economia Mundo*, Bertrand, Rio de Janeiro, 1993.

BENKO, Georges. *Economia, Espaço e Globalização*, Hucitec, São Paulo, 1996.

CASTRO, Iná Elias *et alii*. *Geografia: Conceitos e Temas*, Bertrand, Rio de Janeiro, 1995.

DIEGUES, Antonio Carlos. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*, Hucitec, São Paulo, 1996.

GREGORY, Derek *et alii*. *Geografia Humana. Sociedade, Espaço e Ciência Social*, Zahar, Rio de Janeiro, 1995.

SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*, Hucitec, São Paulo, 1994.

SOUZA, Maria Adélia A. *Territórios: Globalização e Fragmentação*, Hucitec, São Paulo, 1995.

A título de orientação, para os candidatos que desejarem aprofundar o estudo da matéria, sugerem-se as seguintes leituras adicionais:

BECKER, Bertha *et alii*. *Geografia e Meio Ambiente no Brasil*, Hucitec, São Paulo, 1995.

CAVALCANTI, Clóvis *et alii*. *Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas*, Cortez, São Paulo, 1997.

COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia Política e Geopolítica*, Hucitec/Edusp, São Paulo, 1992.

LAVINAS, Lena *et alii*. *Reestruturação do Espaço Urbano e Regional no Brasil*, Hucitec/ANPUR, São Paulo, 1993.

MARTIN, André Roberto. *Fontes e Nações*, Contexto, São Paulo, 1992.

MORAES, Antonio Carlos R. *Ideologias Geográficas*, Hucitec, São Paulo, 1988.

———. *Meio Ambiente e Ciências Humanas*, Hucitec, São Paulo, 1994.

SANTOS, Milton. *Metamorfose do Espaço Habitado*, Hucitec, São Paulo, 1988.

SANTOS, Milton *et alii*. *Fim de Século e Globalização*, Hucitec/ANPUR, São Paulo, 1994.

SCARLATO, Francisco C. *et alii*. *Globalização e Espaço Latino-Americano*, Hucitec/ANPUR, São Paulo, 1994.

SOUZA, Maria Adélia A. *et alii*. *Natureza e Sociedade de Hoje: uma Leitura Geográfica*, Hucitec/ANPUR, São Paulo, 1994.

Exemplo de prova

Responda às questões que se seguem. A resposta a cada questão não deverá exceder a duas páginas. Cada questão vale 20 pontos.

1) Diferencie "Amazônia", "Região Norte" e "Amazônia legal", e comente a principal característica observável no padrão contemporâneo de ocupação dessa região.

Renato de Ávila Viana (20/20)

A Amazônia é o espaço geográfico da América do Sul conformado, preponderantemente, por uma vasta planície drenada pelos rios integrantes da bacia amazônica e caracterizado pela presença de exuberante floresta equatorial e pelo alto índice pluviométrico. Estende-se não só pelo Brasil Setentrional, mas também abrange Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, parcela do Equador e partes do Planalto das Guianas. Trata-se, pois, de conceito físico.

Região Norte é a macroregião brasileira que compreende os estados do Amazonas, Pará, Tocantins, Acre, Rondônia, Amapá e Roraima. As macroregiões foram implantadas pelo governo com o fito de melhor lidar com as chamadas "questões regionais". Seus limites correspondem aos limites dos estados integrantes.

Já a Amazônia legal abrange não só a Região Norte mas também o norte de Mato Grosso e o oeste do Maranhão. A norma jurídica criadora desse conceito considerou a homogeneidade espacial da região para fins de extensão, ao oeste do Maranhão e ao norte do Mato Grosso, das políticas de desenvolvimento da região bem como do campo de atuação da Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

O padrão contemporâneo de ocupação da Amazônia deve ser entendido como herança do modelo adotado pelo regime militar, instalado no Brasil após 1964. Segundo Bertha Becker, a integração da Amazônia ao território nacional obedeceu a critérios geoestratégicos, sob a perspectiva da doutrina da Segurança Nacional. Não só se procurava afirmar a soberania brasileira na região, como também se objetivava a redução das tensões sociais oriundas da concentração fundiária no restante do espaço nacional, com o fomento às migrações rumo à Amazônia.

A principal herança deste modelo foi, contudo, a reprodução do latifúndio. O latifúndio é a principal característica da ocupação moderna da região, qualificado pela manutenção da terra como reserva de valor. A apropriação do território

amazônico, seja através da grilagem, da fraude, da ocupação ilícita de áreas públicas ou da violência física, notabiliza-se pela baixíssima produtividade econômica da terra. A pecuária extensiva é a principal atividade desempenhada, mas seu verdadeiro escopo é especulação com a terra.

Os processos de acumulação de matriz extrativista, seja vegetal (verifica-se, i.g., intensa atividade de empresas asiáticas na exploração de madeira), seja mineral (Projeto Grande Carajás, Projeto Jari, i.g.), também têm como base territorial o latifúndio. Em síntese, o capitalismo na Amazônia se territorializa no latifúndio.

A principal externalidade desse padrão de ocupação é a acelerada degradação ambiental, com a expansão desenfreada e predatória das pastagens. Paralelamente, a invasão de áreas indígenas e a expropriação dos pequenos proprietários e de pequenas comunidades extrativistas intensifica a devastação, na medida em que essa população atua como bastião da preservação em razão de sua dependência econômica da floresta, como demonstra a atuação da União dos Povos da Floresta.

Por fim, a concentração fundiária acelera a urbanização da região, que se dá de forma caótica em razão das carências estruturais das cidades, conforme evidencia a expansão da miséria em Manaus e Belém.

2) A articulação da malha viária brasileira com algum porto no oceano Pacífico é um projeto antigo que ainda não se pôde concretizar. Comente os argumentos favoráveis e contrários a esse projeto, apontando os interesses subjacentes a cada argumentação.

Gabriel Boff Moreira (20/20)

A ligação do Brasil, por meio da expansão de sua rede viária, a algum porto do Pacífico iria permitir ao país exportar, a custos menores, ao Japão e aos países do restante da Ásia. O sudeste asiático é uma região que vem crescendo muito desde a década de 70 e hoje representa um importante mercado. A facilidade de o Brasil exportar seus produtos a esses países, através de um porto no Pacífico, iria incrementar significativamente o comércio brasileiro, tornando-o mais competitivo, devido a diminuição dos custos.

Há duas possibilidades plausíveis de se conseguir integrar a malha viária brasileira a algum porto do Pacífico. A primeira seria a construção de uma rodovia ligando algum ponto da Amazônia brasileira a um porto no Pacífico. Durante o regime militar (1964-85), houve um projeto de construção de uma rodovia ligando Porto Velho a Porto Callao, no Peru. Essa BR seria financiada conjuntamente pelo Estado brasileiro e pelo japonês. O Japão já estava envolvido em diversos projetos no Centro-Oeste, e era, junto com o Brasil, o financiador do Procer (Programa de Desenvolvimento do Cerrado), visando a adaptar a soja ao cerrado, tornando o Brasil um grande produtor e, com isso, diminuindo a dependência japonesa em relação aos Estados Unidos. Na Amazônia, o Japão era (e ainda o é) o principal comprador de minério de ferro do Brasil. Seus interesses na região eram, portanto, significativos. Uma rodovia ligando Porto Velho a Porto Callao no Peru transportaria minério de ferro e soja a menores custos do Brasil ao Japão.

O projeto foi, no entanto, arquivado. Várias ONGs ligadas à proteção ao meio-ambiente e os Estados Unidos condenaram-no, preocupados com o impacto ambiental causado pela abertura de uma rodovia em plena selva. Na realidade, os Estados Unidos tinham um grande interesse subjacente no arquivamento do projeto: o temor de uma eventual hegemonia econômica do Japão na Amazônia. Isso seria interesses econômicos norte-americanos na região. Vemos, portanto, um argumento ambiental servindo de justificativa para a defesa de interesses econômicos internacionais.

A outra possibilidade de o Brasil chegar ao Pacífico é por meio da integração do Chile no Mercosul. O Chile ingressou no Mercosul como membro associado recentemente e, dada as intenções dos atuais membros plenos do bloco de que o Chile faça parte o mais rápido possível, como membro pleno, da associação, abre-se a possibilidade plausível da construção de uma via de acesso a algum porto no Pacífico. Essa possibilidade traria as mesmas vantagens da construção de uma rodovia ligando Porto Velho a Porto Callao, mas sem a polémica sobre o impacto ambiental. Além disso, iria proporcionar uma maior integração entre o Mercosul e a Ásia.

3) A expressão "polígono das secas" é de uso corrente na geografia regional brasileira. Localize com precisão tal área no território nacional e descreva os mecanismos atmosféricos que determinam, estrutural e sazonalmente, sua situação climática.

Renata de Ávila Viana (20/20)

O "polígono das secas" compreende o sertão nordestino, mas a ele não se limita. Seus extremos são: ao sul, o norte de Minas Gerais, na região de Juazeiro; a leste, o agreste nordestino, do sul da Bahia até aproximadamente o nordeste da Paraíba; ao norte, o centro-sul do Ceará e do Piauí; a noroeste, o leste do Maranhão; e a oeste, o oeste da Bahia.

Vários fatores estruturais podem ser apontados como determinantes da situação climática da região.

Em primeiro lugar, as formações serranas do leste nordestino atuam como barreira às correntes de ar úmidas que sopram a partir do litoral, contribuindo para a manutenção da umidade relativa do ar em níveis baixos. No Ceará, as formações serranas têm fundamental importância na determinação climática do Sertão de Cariri, área de rigorosos períodos de seca.

Em segundo lugar, é sabido que uma das causas das precipitações é o encontro entre massas de ar frio e de ar quente. As massas de ar polar que se deslocam a partir do Sul do continente não conseguem alcançar a região, exceto no inverno, quando tais massas avançam sobre o continente e se refletem no Nordeste. Com a ausência de massas de ar frio, as massas equatoriais de ar quente predominam na região, vindas sobretudo da Amazônia. Inexistindo barreiras naturais acentuadas entre o Nordeste e a Amazônia, as massas de ar equatoriais não encontram obstáculo à sua penetração na região e reduzem os índices pluviométricos.

Na ausência de encontros entre massas de ar quentes e frias, e com a barreira natural à umidade a leste, a escassa formação de nuvens aumenta a exposição do solo à ação solar, causando acentuado índice de evaporação que, todavia, não se traduz em posteriores precipitações. Ao contrário, a água em suspensão na atmosfera evapora antes mesmo de chegar ao solo.

Paralelamente, a área do polígono das secas apresenta baixa pressão atmosférica, o que faz com que o ar quente se concentre perto do solo, instabilizando o mecanismo de "atração" de massas de ar frio existentes em áreas de alta pressão atmosférica.

A situação na área tropical contribui para a manutenção de altas temperaturas, elevando ainda mais o índice de evaporação.

Sazonalmente, fatores externos à região agravam as estiagens. Um exemplo dessa situação é a ocorrência de massas polares particularmente frias no inverno, que reduzem as precipitações na região, em virtude da inoperância do mecanismo já mencionado de encontro de massas de ar quente e frio. Outra situação é a provocada pelo fenômeno conhecido como "El Niño": a elevação da temperatura das águas do Oceano Pacífico propicia o aquecimento das massas de ar equatoriais, que alcançam a região com maior intensidade e provocam secas ainda mais severas ao se aliarem aos ventos secos já comuns na região.

4) Existem duas propostas de traçado potencial para o eixo básico que estruturará o sistema de transporte do Mercosul, ligando São Paulo a Buenos Aires. Identifique as duas possibilidades e discorra sobre os previsíveis efeitos de cada alternativa na organização do espaço meridional-oriental sul-americano.

José Gilberto Scandiucci Filho (20/20)

O eixo básico que estruturará o sistema de transporte do Mercosul, ao ligar São Paulo a Buenos Aires, deve ser escolhido entre duas propostas alternativas.

A primeira proposta é de um eixo que acompanha de perto o litoral Atlântico do Brasil, Uruguai e Argentina. O eixo liga São Paulo a Porto Alegre através da BR-116, passando próximo às capitais estaduais de Curitiba (PR) e Florianópolis (SC). A partir de Porto Alegre, atravessa o território uruguaio no sentido norte-sul, invadindo o território argentino em seu espaço oriental, até chegar em Buenos Aires.

Já uma segunda proposta procura sair de São Paulo no sentido sudeste, utilizando-se da Rodovia Castello Branco. Atravessa o noroeste do estado do Paraná

e deflora-se com a fronteira paraguaia. Pelo território paraguaio, no sentido sul, invade-se o território argentino, até atingir Buenos Aires.

É certo que as diferentes propostas devem resultar em efeitos diversos sobre a organização do espaço do Mercosul.

A primeira proposta privilegia as áreas mais próximas do oceano Atlântico. Ao atravessar a região Sul do Brasil, no sentido norte-sul, próximo ao litoral, tal eixo deverá estimular ainda mais o desenvolvimento de uma região bastante produtiva do país. A indústria dos estados do Sul brasileiro, já razoavelmente moderna, encontraria estímulos com a perspectiva de integração ao Mercosul. Mas a agropecuária dessa região, que em muitos setores compete em elevado grau com os produtos uruguaios e argentinos (como, por exemplo, trigo e frutas), poderia enfrentar dificuldades. Finalmente, o Uruguai seria bastante importante no espaço meridional-oriental sul-americano.

A segunda proposta, por outro lado, privilegia os espaços mais afastados do litoral atlântico. Seria correspondente a uma "interiorização" do Mercosul. Deslocaria, ainda que talvez de forma tênue, o desenvolvimento dos espaços da Região Sul mais próximos do litoral, para aqueles mais próximos das fronteiras paraguaias e argentinas. O sudoeste paulista e o noroeste paranaense poderiam substituir, ao menos em parte, a agroindústria da soja (com forte concorrência argentina), por instalação de algumas indústrias, a partir de São Paulo, acompanhando o eixo. Finalmente, é preciso notar que, nessa proposta, o território paraguaio seria de suma importância para a organização do espaço meridional-oriental sul-americano.

5) A questão do desemprego aparece, na atualidade, como um problema internacional. Comente as causas estruturais de tal situação e compare sua manifestação nas três maiores economias do mundo na última década.

José Gilberto Scandiucci Filho (20/20)

Desde o final da década de 1960, o problema do desemprego vem preocupando líderes econômicos nacionais. Após um quarto de século em que tal problema parecia ter desaparecido nos países centrais (1945-70), a "era dourada do capitalismo", de que nos fala Hobsbawm), em que novamente surge, para ganhar ainda mais força nas décadas de 1980 e 1990.

O atual problema do desemprego internacional possui causas conjunturais (relacionadas à política econômica e ao desaquecimento cíclico das economias) e estruturais.

Uma primeira causa estrutural relaciona-se às intensas alterações dos métodos de produção, que resultam em grandes elevações da produtividade. Tão intenso tem sido tal fenômeno que alguns analistas enxergam uma "Terceira Revolução Industrial" nas últimas décadas. Inicialmente circunscritas aos "novos" ramos industriais (informática e biotecnologia), tais elevações da produtividade alcançaram a maioria dos setores manufatureiros dos países centrais, além da agricultura e agroindústria. Atualmente, as relações "clássicas" entre aumento do produto e aumento dos níveis de emprego parece terem sido rompidas.

Uma segunda causa estrutural é o funcionamento do mercado de trabalho. Para muitos estudiosos, o mercado de trabalho, em vários países, conservou a "rigidez" da era dourada do capitalismo. Nesse sentido, tal mercado não respondeu à flexibilidade da atual etapa do capitalismo, gerando um desemprego que poderia ser evitado com mudanças na legislação trabalhista e nas relações de emprego.

Em terceiro lugar, é possível apontar a "globalização" ou "mundialização" do sistema econômico como causa estrutural do desemprego — embora não seja consensual. Por um lado, a liberalização comercial poderia prejudicar os países de menor competitividade. Por outro lado, a aceleração da liberdade de movimento dos capitais financeiros poderia gerar constantes variações abruptas das taxas de câmbio entre as principais moedas, prejudicando as expectativas e o comércio internacional.

Finalmente, é preciso lembrar que a crise financeira dos Estados nacionais colabora para o desemprego. Desde o final da era dourada do capitalismo, o setor público vem atravessando complexas dificuldades financeiras, relacionadas à queda

da arrecadação e à elevação das taxas de juros. Nesse sentido, o Estado, perde parte de seu poder de amortizar choques e de fortalecer o estado das expectativas.

O fenômeno do desemprego, na última década, apresentou manifestações diversas nas três maiores economias mundiais. Nos Estados Unidos, as taxas de desemprego foram decrescentes ao longo dos anos noventa, permanecendo em níveis bastante baixos nos últimos anos. O problema manifesta-se, contudo, na exclusão social dos trabalhadores menos qualificados, muitos deles imigrantes e negros. A flexibilização do mercado de trabalho implicou a precariedade das relações de emprego.

O Japão, que tinha historicamente apresentando taxas baixíssimas de desemprego, observou uma elevação nos anos finais da década. Se tal elevação é estrutural ou conjuntural, ainda é cedo para concluir. De qualquer forma, o problema do desemprego manifestou-se de forma concentrada nos trabalhadores de menor qualificação, em particular mulheres e estrangeiros. Manifesta-se também nos aumentos das pressões a favor de maior flexibilidade nos mercados financeiro e de trabalho.

Quanto à Alemanha, é preciso observar que o problema do desemprego estrutural vem aumentando progressivamente nos últimos anos, tendo sido apenas interrompido com o aquecimento da economia que se seguiu à unificação alemã (1989-93). Na Alemanha, o desemprego também se manifesta claramente nos grupos de trabalhadores qualificados, particularmente sobre os jovens. Os elevados índices de imigração contribuem para a precarização das relações de trabalho.

NOÇÕES DE DIREITO

A prova de Noções de Direito constará de 5 (cinco) dissertações ou problemas, de curta extensão.

O programa parte das noções indispensáveis de Teoria Geral do Direito, passa a seguir ao estudo do Estado e suas características básicas, para depois enfocar tópicos essenciais de Direito Constitucional, relacionados com a organização do Estado brasileiro. Busca-se aferir, em particular, a compreensão do candidato sobre a fisionomia institucional do Estado brasileiro e a vocação democrática da Constituição de 1988. O último tópico do programa – direitos e garantias fundamentais – marca a linha de contato mais próximo do Direito Constitucional e do Direito Internacional, na configuração do Estado de direito democrático.

Os pontos de Direito Internacional Público limitam-se aos conceitos indispensáveis para quem se prepara para o exercício das funções diplomáticas.

Programa:

1. Característica da norma jurídica. Estrutura, validade e classificação.
2. Fatos e atos jurídicos. Elementos, classificação e vícios do ato jurídico. Relação jurídica e negócio jurídico.
3. Personalidade jurídica (no Direito interno brasileiro e no Direito Internacional Público).
4. O Estado. Elementos constitutivos. Soberania. Formas de Estado. A confederação e a federação. Regime republicano. Sistemas presidencialista e parlamentarista de governo. O Estado Democrático de Direito. Direitos e deveres dos Estados. Jurisdição e imunidades.
5. O Estado brasileiro. Nacionalidade da pessoa física. Condição jurídica do estrangeiro no Brasil.
6. A organização dos Poderes no direito brasileiro. A atividade legislativa e o processo legislativo.
7. Constituição. Conceito. Primado da Constituição. O controle da constitucionalidade das leis.

8. Competências da União, do Distrito Federal e das unidades federadas.
9. A atividade administrativa do Estado brasileiro. Princípios constitucionais da Administração pública. O controle da legalidade dos atos da administração.
10. Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro. Responsabilidade do Estado no Direito Internacional Público.
11. Fontes do Direito Internacional Público.
12. O tratado internacional. Conceituação. Processo de elaboração (competências dos Poderes Executivo e Legislativo). Entrada em vigor. Vigência e extinção.
13. Teoria geral das organizações internacionais.
14. Direitos e garantias fundamentais no Direito Constitucional brasileiro e no Direito Internacional.

Bibliografia:

A bibliografia é arrolada apenas a título de orientação de estudo para o candidato, que selecionará as obras de maior interesse e conveniência. Os candidatos que desejarem poderão recorrer à leitura de outros autores, já que a Banca Examinadora não se vincula, necessariamente, ao conteúdo da bibliografia aqui indicada.

- ACCIOLY, H. e SILVA, G. E. N. *Manual de Direito Internacional Público*, 12.^a ed., Saraiva, São Paulo, 1996.
- ALVES, J. A. Lindgren. *Os Direitos Humanos como Tema Global*, Perspectiva/FUNAG, São Paulo, 1994.
- AMARAL Jr., Alberto. *Manual do Candidato - Noções de Direito*, FUNAG, Brasília, 1995.
- BONAVIDES, Paulo. *Teoria do Estado*, Malheiros, São Paulo, 1995.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de Teoria Geral do Estado*, 19.^a ed., Saraiva, São Paulo, 1995.
- FERREIRA Filho, Manoel Gonçalves. *Curso de Direito Constitucional*, 22.^a ed., Saraiva, São Paulo, 1995.

- MELLO, Celso Albuquerque. *Curso de Direito Internacional Público*, 11.^a ed., Renovar, Rio de Janeiro, 1997.
- MELLO, Celso A. B. *Curso de Direito Administrativo*, 9.^a ed., Malheiros, São Paulo, 1997.
- RANGEL, V. M. *Direito e Relações Internacionais*, Revista dos Tribunais, São Paulo, 1997.
- REALE, Miguel. *Lições Preliminares de Direito*, 22.^a ed., Saraiva, São Paulo, 1995.
- REZEK, José Francisco. *Direito Internacional Público: curso elementar*, 6.^a ed., Saraiva, São Paulo, 1996.
- RODAS, João Grandino. *Tratados Internacionais*, Revista dos Tribunais, São Paulo, 1991.
- SEITENFUS, R. A. S. *Manual das Organizações Internacionais*, Livraria do Advogado, Porto Alegre, 1997.
- SILVA, José Affonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*, Malheiros, São Paulo, 1997.
- TRINDADE, Antônio A. Cançado. *Direito das Organizações Internacionais*, Escopo Editora, Brasília, 1990.
- . *Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos*, vol. I, S.A. Fabris Ed., Porto Alegre, 1997.

Exemplo de prova

Responda às questões que se seguem. A resposta a cada questão não deverá exceder a 40 linhas. Cada questão vale 20 pontos.

- 1) O país Arcádia é um Estado Federal e é parte de certo tratado regional em vigor, que limita a emissão de gases poluentes. Arcádia, porém, nunca conseguiu cumprir os compromissos assumidos. Para justificar sua falta, argumenta que o tema da limitação dos poluentes, na sua ordem constitucional interna, é entregue à competência de seus Estados-membros e que a União, entidade competente para celebrar tratados internacionais, nada pode fazer, constitucionalmente, para que se

implemente a política determinada no pacto. Com essa justificativa, Arcádia pretende eximir-se de toda responsabilidade internacional pelo descumprimento da convenção de que é parte. Avalie, juridicamente, a argumentação de Arcádia.

Roberto Doring Pinho da Silva (19/20)

Arcádia, uma vez tendo ratificado tratado que limita a emissão de gases poluentes, está obrigada, no plano internacional, a cumpri-lo. A argumentação oferecida para afastar sua responsabilidade civil não se sustenta, porque, independentemente de como seja feita a divisão de competências de seus entes federados no plano interno (entes que são autônomos, mas não soberanos), foi o Estado Arcádia, uno, que goza de personalidade jurídica internacional, que celebrou o referido tratado.

Ademais, encontram-se presentes, na hipótese, os três pressupostos da responsabilidade civil do Estado no plano internacional: o ato ilícito, pois houve descumprimento de tratado em vigor; imputabilidade, pois Arcádia é um Estado soberano, sujeito, portanto, de Direito Internacional Público; e dano, que se materializa na agressão ao meio ambiente que decorre da emissão de gases poluentes.

Assim, Arcádia não pode eximir-se de qualquer responsabilidade internacional no caso em tela.

2) Remota obteve, recentemente, sua independência. Na hora atual, os representantes do povo remotiano estão empenhados na redação da Constituição. Uma alta autoridade local pede a você que prepare minuta de artigo da futura Carta Magna, em que se defina, entre outros, o relacionamento hierárquico do direito interno com o direito internacional. Redija sua proposta do dispositivo e justifique-a.

Tania Alexandra Malinski (19/20)

A constituição de Remota deverá inserir-se nas tendências contemporâneas de transnacionalização do Direito (Philip Jessup) e de constitucionalização do Direito Internacional (Afonso Arinos). O reconhecimento da influência crescente das fontes cognitivas de Direito Internacional sobre o Direito Interno demanda um dispositivo constitucional que facilite, ao máximo, a incorporação e aplicação de tratados. Far-se-á, portanto, uma opção pela integração automática (oposta à legislativa) dos tratados, independentemente de versarem sobre direitos humanos ou não. Ao se adotar um monismo internacionalista, os conflitos aparentes de normas serão resolvidos com base no Status superior dos instrumentos convencionais internacionais em face do Direito nacional. Trata-se do mecanismo análogo ao decorrente da supremacia da constituição sobre atos normativos infraconstitucionais. Afusta-se, destarte, o uso do princípio lex posterior derogat priori, em favor da supremacia do Direito Internacional, como critério para solução de conflitos intertemporais de normas. Esta é a linha constitucionalista recente: o Direito Comunitário europeu tem prevalecido sobre os direitos nacionais, provocando revisões constitucionais na Europa. Dispositivo: Art. X. Os instrumentos convencionais internacionais aos quais Remota esteja obrigada por meio de ratificação ou adesão, bem como os costumes internacionais, prevalecerão sobre esta Constituição e sobre as normas dela decorrentes, no que forem conflitantes.

3) Em 1995, Tito, à época cidadão italiano, cometeu crime de roubo na Alemanha. Em 1996, veio para o Brasil e aqui chegou a receber a nacionalidade brasileira, em 1998. Em março último, o Brasil recebeu pedido de extradição de Tito, formulado pela Alemanha. Examine, do ponto de vista das limitações à extradição relacionadas com a nacionalidade do extraditado, se existe obstáculo intransponível para a concessão da extradição requerida.

José Gilberto Scandiucci Filho (20/20)

Para melhor responder à questão, faz-se mister analisar em separado dois aspectos formais ali presentes. Em primeiro lugar, é preciso notar que o Brasil não extradita brasileiro, seja nato ou naturalizado. No caso do naturalizado, entretanto, há duas exceções: crime cometido antes da naturalização; e tráfico de drogas (este último independentemente da cronologia). Ora, Tito cometera o crime em 1995 e recebeu nacionalidade brasileira três anos depois. Desse ponto de vista, não há obstáculo para sua extradição. Em segundo lugar, o deferimento de um pedido de extradição requer que o órgão requerente da extradição tenha competência para julgar o extraditado. É fato que Tito, embora cidadão italiano à época do crime, cometera o mesmo em território alemão. É necessário indagar, a partir das normas de direito penal interno da Alemanha, se ali tem vigência o princípio da territorialidade, isto é, se o judiciário alemão tem competência para julgar crimes praticados por estrangeiros em seu território — como o faz o Brasil. Caso afirmativo, mais uma vez observar-se-ia a possibilidade formal de concessão da extradição de Tito.

Do ponto de vista das limitações à extradição relacionada com a nacionalidade do extraditando, portanto, não existe, em princípio, obstáculo intransponível para a sua concessão no caso em questão.

- 4) Escreva sobre a importância, se houver, das resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas no processo de criação/evolução da norma costumeira no direito internacional

Roberto Doring Pinho da Silva (20/20)

Cumpra esclarecer, de início, que as resoluções da Assembleia Geral da ONU, atos unilaterais de organização internacional, não constituem, em si, fonte de Direito Internacional Público (DIP), já que não encontram menção explícita no art. 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça. Todavia, a importância que tais resoluções têm adquirindo no cenário internacional transforma-as em instrumento

indiscutivelmente adequado para fazer evoluir, ou mesmo para criar, costumes internacionais, estes, sim, fonte de DIP, com assento no art. 38 do referido Estatuto. Tal fato decorre, principalmente, da efetiva legitimidade da Assembleia Geral da ONU para interpretar os anseios da comunidade internacional, devido a seu caráter abrangente e, essencialmente, democrático e igualitário. Assim, em um mundo de transformações cada vez mais velozes, em que o elemento "repetição no tempo" parece menos importante do que o elemento "continuidade dos Estados soberanos" para a formação de costumes internacionais, as resoluções da AGNU desempenham papel central na criação/ evolução da norma costumeira internacional.

- 5) Considerando o disposto no art. 5º, § 2º, da Constituição Brasileira de 1988 ("Os direitos e garantias expressas nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte"), analise a possibilidade de se conceder estatutura constitucional aos tratados internacionais sobre direitos humanos, ratificados e promulgados pelo país depois de 1988.

Gabriel Boff Moreira (18/20)

No sistema jurídico brasileiro, todo o tratado ratificado e promulgado passa a integrar o ordenamento jurídico nacional, na mesma condição de lei ordinária. Não é norma constitucional e não se equipara, para efeitos jurídicos, a ela. Decorre disso que, se, em um tratado qualquer, houver alguma cláusula que se repete ofensiva a algum dispositivo constitucional, essa cláusula é inconstitucional. Nesse sentido, o direito brasileiro não permite a concessão de estatutura constitucional a tratados internacionais sobre direitos humanos, ratificados e promulgados pelo país depois de 1988.

A Constituição, quando afirma que os direitos e garantias constitucionais não excluem outras regras de direitos humanos advindas de tratados internacionais, não está dizendo que os tratados recepcionados pelo direito brasileiro terão status constitucional, mas tão somente que as normas constitucionais sobre direitos humanos podem conviver com outras normas infra-constitucionais, desde que em consonância com a Carta Magna.

NOÇÕES DE ECONOMIA

A prova de Noções de Economia constará de 5 (cinco) dissertações, de curta extensão.

Programa:

I - Conceitos básicos

1. O objeto da Economia. Escassez e usos alternativos. Bens econômicos. Sistema de preços e alocação de recursos.
2. Noções sobre a evolução da análise econômica. Pensamento clássico e marxista; a escola neoclássica; Keynes; desenvolvimentos pós-keynesianos.
3. Medida da atividade econômica. Produto e renda. Contas Nacionais: os grandes agregados e sua estimação. Valores nominais e valores reais. Índices de preços.
4. Noções de Microeconomia. Determinantes da procura e da oferta. Elasticidades. O equilíbrio de mercado. Concorrência perfeita, monopólio e outras estruturas de mercado.
5. Moeda e sistema bancário. Oferta e procura de moeda. Banco Central e política monetária. Inflação.
6. Noções de Economia Internacional. Taxas de câmbio e sua determinação. O balanço de pagamentos. A noção de vantagens comparativas.

II - Formação da Economia Brasileira

1. A economia brasileira no período colonial. A economia açucareira do Nordeste. Auge e declínio da mineração.
2. A economia brasileira no século XIX. Expansão da lavoura cafeeira. Transformações no final do período: abolição do escravismo, início do desenvolvimento industrial.

3. A economia brasileira na primeira metade do século XX. As duas guerras mundiais, a depressão dos anos trinta e seus reflexos. O processo de industrialização: fases, características.

Bibliografia:

A primeira parte do programa corresponde ao conteúdo usual de um curso universitário de Introdução à Economia e é coberta em manuais como o Manual de Economia, organizado por Pinho & Vasconcelos e elaborado por uma equipe de professores da Universidade de São Paulo (ver especialmente: Parte Introdutória, capítulos 1 e 2; Parte I, caps. 2 e 4; Parte II, caps. 1, 2 e seu apêndice, 4 e seu apêndice, e 5; e Parte IV, cap. 1 e seu apêndice), ou os livros de Samuelson e de Wonnacott & Wonnacott.

A segunda parte do programa pode ser estudada nos livros clássicos de Celso Furtado e Caio Prado Jr., e na obra de Maria da Conceição Tavares (ver sobretudo o capítulo "Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil").

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*, Companhia Editora Nacional, São Paulo.

PINHO, D. B. & VASCONCELOS, M.A.S. (orgs.). *Manual de Economia*, Saraiva, São Paulo, 1992.

PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*, Brasiliense, São Paulo, (publicado inicialmente em 1945).

SAMUELSON, P. A; NORDHAUS, W. D. *Economia*, trad. da 12.^a ed. norte-americana por M. M. Godinho, McGraw-Hill, Lisboa, São Paulo, 1991.

TAVARES, Maria da Conceição. "Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil" In: *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*, Zahar, Rio de Janeiro, 1978.

VERSIANI, Flávio Rabelo. *Manual do Candidato - Noções de Economia*, FUNAG, Brasília, 1996.

WONNACOTT, P. & WONNACOTT, R. *Economia*, 2.^a ed., trad. da 4.^a ed. norte-americana por C. S. Gondo *et alii*. Makron, São Paulo, 1994.

Exemplo de prova

Responda a 5 (cinco) das questões que se seguem, indicando claramente o número das questões selecionadas (tendo sido oferecida a opção de oito questões, reproduzem-se, a seguir, para a orientação dos futuros candidatos, as melhores respostas dadas a todas as perguntas formuladas, embora de provas diferentes):

1. "As exportações, assim como os investimentos e os gastos públicos, contribuem para a expansão da renda por meio dos efeitos multiplicadores. Já as importações, a exemplo dos impostos e da poupança, subtraem recursos do circuito produtivo. Considerando que níveis de renda elevados são preferíveis a níveis mais baixos, segue-se, então, que as exportações devem ser maiores que as importações". Explique e discuta essa afirmação.

José Gilberto Scandiucci Filho (20/20)

É verdade e observando um curto período de tempo, o superávit do Balanço Comercial (ou seja, o valor das exportações descontado do valor das importações) contribui para a elevação da renda agregada. Também é verdade ser difícil a sustentação de elevados déficits comerciais ao longo do tempo. Entretanto, daí não decorre que a apresentação de superávits comerciais seja sempre benéfica e necessária para uma economia nacional. Quem primeiro sistematizou tal crítica ao raciocínio mercantilista, o qual buscava o superávit comercial a todo custo, foi Adam Smith. Para Smith, o essencial é o incremento da produtividade de uma economia nacional — ou, em suas palavras, uma elevação da "divisão do trabalho". O resultado das contas externas de um país seria mera consequência desta maior produtividade, não devendo, pois, ser um objetivo de política econômica em si.

Pode-se ilustrar tal argumento com duas situações em que o déficit comercial se mostra útil para uma economia nacional — ao menos por certo período de tempo. Em primeiro lugar, o déficit comercial pode estar apenas externalizando uma situação de grandes oportunidades de investimento num país. O caso dos Estados Unidos, no século XIX, é bem ilustrativo. Os reiterados déficits comerciais ali apresentados eram financiados por investimentos em infra-estrutura e atividades industriais, principalmente britânicos. Em termos dinâmicos, significava perspectivas de elevado crescimento para a economia norte-americana. Em segundo lugar, o déficit comercial pode estar representando uma efetiva modernização do parque produtivo nacional. Nesse sentido, torna-se necessário especificar os itens que compõem as pautas de importação e exportação. Pode-se imaginar o caso em que as importações se constituem de bens de capital e intermediários principalmente, enquanto que a base das exportações é representada por bens primários. Ora, nessa situação parece evidente que o déficit comercial, embora existente, vem a contribuir para uma eventual industrialização do país. Esse era, aliás, o caso brasileiro da segunda metade da década de 1950.

2. Explique porque os ganhos potenciais do comércio externo dependem dos custos relativos e não dos custos absolutos associados à produção de bens e serviços. Ilustre sua resposta discutindo a questão das vendas de calçados brasileiros para os consumidores americanos.

Hilton Catanzaro Guimarães (20/20)

Os ganhos potenciais do comércio externo podem ser explicados pela teoria das vantagens comparativas, que remonta ao economista David Ricardo. Conforme essa teoria, cada país deve se especializar na produção do bem cujo custo relativo lhe é menor. A distinção entre custo absoluto e custo relativo merece toda ênfase, pois não raro um dos parceiros comerciais produz ambos os bens do intercâmbio a um custo absoluto menor que o outro parceiro, sem que isso invalide a teoria em questão.

É a noção de custo de oportunidade que define o custo relativo de um bem. Quanto maior o sacrifício implicado pela decisão de produzir um determinado bem, maior seu custo relativo, e maior também a desvantagem em ater-se à sua produção.

A teoria das vantagens comparativas aplica-se perfeitamente ao comércio de calçados brasileiros com os consumidores americanos. A indústria de calçados apresenta maior concentração de mão-de-obra, fator de produção de que o Brasil é fartamente dotado, do que de capital. Portanto, é vantajoso ao Brasil ater-se à produção de calçados, em vez de buscar a produção de bens que exigem capital intensivo. A teoria que distingue entre os fatores de produção na determinação do comércio internacional deve-se aos economistas neoclássicos Heckscher e Ohlin.

3. Até recentemente, no Brasil, as autoridades econômicas confrontavam-se com déficits importantes, tanto no setor externo (déficit do Balanço Comercial) como nas contas do setor público (déficit público). Utilizando a identidade fundamental de uma economia aberta, explique a relação existente entre esses déficits.

Paula Aguiar Barboza Hees (20/20)

Os anos noventa representaram um ponto de inflexão na evolução recente da economia brasileira. O País, principalmente a partir do final de 1991 (papel do Anexo IV), tem novamente acesso ao mercado internacional de capitais. Em uma economia aberta, a demanda agregada é determinada pelos gastos de consumo, de investimento, do governo e pelo saldo líquido da balança comercial ($Y^o = C + I + G + X - M$), assim como os investimentos podem ser financiados pela poupança privada (S), pela poupança do governo (receita orçamentária menos gastos) e pelo déficit em transações correntes (em grande medida determinados pelo déficit comercial).

Devido à crise da dívida externa, o Brasil, durante grande parte da década de oitenta, tornou-se exportador líquido de capitais para o resto do mundo, tendo de gerar megasuperávits comerciais para equilibrar o Balanço de Pagamentos. Recentemente essa situação claramente reverteu-se, e o País passa a utilizar-se de poupança externa (déficit em transações correntes conjugado com superávit na conta capital) para fins de modernização do parque industrial e de estabilização. O aumento do déficit em transações correntes obriga o Governo a manter altas taxas de juros nacionais (por meio da colocação de títulos no mercado e esterilização de dívidas) para que o capital externo continue entrando na economia e, consequentemente,

"fechando" o Balanço de Pagamentos. Estabelece-se um ciclo vicioso entre elevação de juros — atração de capitais (especialmente os especulativos, que buscam o alto diferencial entre a taxa de juros nacional e internacional) — venda de títulos públicos — elevação de juros, difícil de ser contornado. Há, portanto, uma relação intrínseca entre aumento do déficit externo e o recrudescimento do déficit público (explosão do déficit operacional, que considera o pagamento de juros), ambas agravadas pela apreciação cambial (de controversa magnitude).

4. "A incorporação dos fenômenos monetários na análise macroeconômica reduz os efeitos expansionistas dos gastos públicos. Isto equivale a afirmar que a inclusão do mercado monetário torna as políticas fiscais menos efetivas." Comente e desenvolva essa proposição.

é possível vender títulos a aumento, impulsionando a demanda
José Gilberto Scandiucci Filho (20/20)

A fim de comentar a proposição enunciada, convém separar as duas sentenças ali encontradas. A primeira sentença é, como regra geral, correta. A expansão dos gastos públicos — em si e por seus efeitos multiplicadores — tende a elevar consideravelmente a renda agregada. Entretanto, tal elevação da renda deve aumentar a demanda por moeda para fins de transações. Se a oferta monetária é rígida — ou seja, não "acomoda" aquela expansão fiscal —, então haverá um desequilíbrio momentâneo no mercado monetário: a demanda por moeda tende a superar sua oferta. A fim de reduzir a demanda por moeda, trazendo o sistema de volta ao equilíbrio, a taxa de juros se eleva. A explicação reside no argumento de que a elevação dos juros contribui de duas formas para a diminuição da demanda por moeda: diretamente, pois os juros maiores incentivam as aplicações financeiras em detrimento do consumo; e indiretamente, pois os juros maiores ocasionam a queda dos investimentos privados, portanto da renda agregada, portanto da demanda por moeda para fins de transações. É através desse efeito indireto que se pode perceber que o efeito final da expansão dos gastos públicos sobre a renda agregada foi menor do que o seria na ausência do mercado monetário. Portanto, o enunciado da primeira sentença é correto. (Alguns monetaristas mais radicais afirmariam que os efeitos indiretos são os únicos relevantes e, portanto, a elevação dos juros é tamanha que, no final das

contas, o efeito líquido da expansão fiscal sobre a renda agregada é nulo).

A segunda sentença, entretanto, não é precisa. É verdade, como visto acima, que a inclusão do mercado monetário torna as políticas fiscais menos efetivas no que tange à elevação da renda agregada. Porém, observe que houve uma substituição (ainda que parcial) do investimento privado pelo público. Em princípio, tal fato poderia mesmo aumentar a efetividade das políticas fiscais, devido a economias de escala, externalidades etc. Isto depende de outros fatores, mais qualitativos, que não estão explicitados no enunciado em questão.

5. "Políticas públicas que objetivam melhorar a qualidade de vida da sociedade deveriam visar o aprimoramento do sistema educativo, ampliar o estoque de capital disponível na economia, expandir o acesso a tecnologias mais eficientes e consolidar as instituições do país. Neste contexto, o déficit público não é desejável, uma vez que ele reduz o montante da poupança nacional disponível para financiar a implementação de tais políticas." Comente.

Hilton Catanzaro Guimarães (20/20)

As políticas públicas que aspiram a elevar o padrão de vida de uma sociedade pressupõem a disponibilidade dos recursos necessários a sua implementação. Esses recursos disponíveis resultam da contenção do consumo, que à medida que cresce reduz a capacidade de investimentos. Os recursos subtraídos ao consumo formam o que se denomina poupança nacional.

Nem sempre, contudo, os recursos da poupança são canalizados para os investimentos produtivos, pois o déficit público é um sorvedouro insaciável da poupança nacional. Há déficit público quando o Estado despende mais do que arrecada. Esse dispêndio superior à receita precisa ser coberto, e o Estado não hesita em recorrer à poupança nacional através da emissão de títulos públicos.

Os fundos captados pelo Estado para saldar seus débitos poderiam ser utilizados na expansão da infra-estrutura necessária à elevação da qualidade de vida da sociedade. Em vez disso, são empregados na rolagem da dívida do Estado, que não raro deriva da péssima administração dos recursos que lhe são confiados.

Dai a profunda incompatibilidade entre déficit público elevado e uma alta taxa de investimento público.

6. “Uma firma, que maximiza lucros, fixa o seu nível de produção no ponto em que a receita marginal iguala o custo marginal e não, necessariamente, no ponto em que os seus custos médios de produção são os mais baixos, o que equivale a afirmar que os agentes econômicos racionais tomam suas decisões comparando custos e benefícios na margem. Isto, porém, contradiz a hipótese de maximização de lucros, que exige que os custos sejam minimizados.” Avalie e comente essa assertiva.

Roberto Doring Pinho da Silva (20/20)

A contradição apontada na assertiva não procede. Senão, vejamos. Enquanto a receita marginal (receita por unidade a mais produzida) for maior do que o custo marginal (custo por unidade a mais produzida), será economicamente eficiente aumentar a produção; quando o custo marginal tornar-se maior do que a receita marginal (e os rendimentos se tornarem, então, decrescentes), o produtor estará incorrendo em perdas. Assim, o ponto ótimo (de lucro máximo) para o produtor é aquele em que a receita marginal é igual ao custo marginal, conforme sugerido na primeira parte da assertiva de que se trata.

Portanto, embora os custos totais para a produção de um maior número de bens possam exceder os custos totais para a produção de um menor número de bens, a quantidade produzida, desde que respeitada a lógica da igualdade acima exposta (“receita marginal = receita marginal”), garantirá maiores lucros para o produtor.

Dessa forma, não há qualquer contradição entre tal igualdade e a maximização dos lucros; antes, a igualdade “receita marginal = custo marginal” é a condição para que os lucros sejam máximos.

7. Países pobres, como vários países da África, enfrentam o chamado “dilema do desenvolvimento.” A redução do consumo presente para aumentar os investimentos, que permitam expandir a capacidade

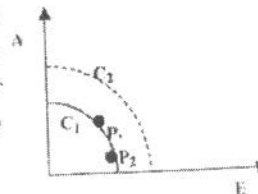
produtiva futura dessas economias, não é factível porque o consumo presente atinge níveis próximos ou inferiores aos de subsistência. Em outras palavras, para essas economias, o custo de oportunidade do investimento é extremamente elevado, comprometendo, assim, sua viabilidade. Utilizando o conceito de curva de possibilidades de produção, descreva o dilema acima mencionado e indique o mecanismo por meio do qual esses países poderiam superá-lo.

George de Oliveira Marques (20/20)

A economia lida com a escassez de bens que podem suprir as necessidades humanas. O problema básico é que os recursos são limitados e as demandas humanas são potencialmente ilimitadas. As curvas de possibilidades de produção ilustram bem a questão. As exigências de bens são diversificadas. Se todos os recursos disponíveis (mão-de-obra, capital, tecnologia) forem utilizados para a produção de um só tipo de bem, as necessidades não são razoavelmente satisfeitas. Ao canalizar parte dos recursos para produção de outros tipos de bens, entretanto, os níveis de produção do tipo de bem anterior vão cair.

Supondo C1 a curva de possibilidades de produção em países pobres, vemos que sua capacidade é bastante reduzida, possivelmente, por vários fatores (pouco capital, atraso tecnológico, etc). O eixo A indica quantidade de bens de capital (máquinas, insumos, etc) e o eixo B indica alimentos, por exemplo. Se a produção está em P1 quase todos os esforços estão no sentido de produção de alimentos. Qualquer tentativa de aumentar A para gerar desenvolvimento (P2, por exemplo) seria proibitiva, pois a produção de alimentos cairia abaixo dos níveis de subsistência.

A disputa entre consumo e investimento adquire particularidade; aqui, o consumo não pode ser reduzido. Deve haver uma expansão nas possibilidades de produção, passando da curva C1 para C2. O “dilema do desenvolvimento” coloca dificuldades para a expansão endógena da curva. Fatores externos, entretanto, podem agir neste sentido, tais como os investimentos de capital, a introdução de técnicas científicas modernas, a educação da mão-de-obra. Estes fatores podem expandir as possibilidades de produção, tornando aceitável o custo de oportunidade do investimento.



8. De acordo com Celso Furtado, o ritmo de crescimento da economia brasileira, na segunda metade do século XIX, não se estendeu a todo o território nacional, contribuindo, assim, para a ampliação das desigualdades regionais que iriam, subseqüentemente, caracterizar o país. Discorra sobre essa questão, analisando as características distintivas dos principais setores da economia brasileira e o comportamento diferenciado da renda real durante o período considerado.

Gustavo de Sá Duarte Barboza (20/20)

A retomada do crescimento econômico a partir de 1850, depois de um hiato prolongado desde o declínio da atividade mineradora no século XVIII, deve-se à ascensão do café como principal produto nacional. O Brasil, desde os tempos da colônia, tinha sua economia baseada no modelo primário-exportador, e a expansão da atividade cafeeira, após o encerramento do ciclo do ouro e encontrando a atividade açucareira em permanente decadência, veio a recolocar o Brasil nos rumos do crescimento.

Entretanto, o crescimento restringiu-se quase exclusivamente ao Sudeste do país, primeiro no Vale do Paraíba e depois, de forma mais impressionante, no Oeste Paulista, onde inovações tecnológicas e a independência do trabalho escravo permitiram maior crescimento e circulação da renda (introdução do trabalho assalariado, gradualmente). A acumulação de capitais decorrente da atividade cafeeira permitiu um desenvolvimento da região, que acentuou as desigualdades em relação a áreas estancadas ou decadentes do resto do país. O Sul do país aparecia ainda de forma muito tímida como um espaço de possível expansão da produção, em grande parte devido à mão-de-obra imigrante que ali se instalou a partir de 1870, mas sua importância econômica de fato limitava-se à pecuária, representando uma parte muito pequena da produção nacional. O Nordeste açucareiro encontrava-se em decadência desde o século XVIII, tendo perdido a importância capital para a economia brasileira, tornando-se uma região pouco atuante e desfavorecida. No fim do século XIX, o efêmero ciclo da borracha na Amazônia não chegou a se constituir em uma atividade capaz de deslocar grandes somas de capital e desconcentrar a renda nacional, que continuou acumulada no Sudeste.

FRANCÊS (Recomendação)

O Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata não mais inclui prova de Francês.

O IRBr não concebe, no entanto, que a formação do diplomata brasileiro possa excluir a proficiência em alto nível no idioma, entre muitas razões porque (a) a Bibliografia para o Concurso e a seguida no Programa de Formação e Aperfeiçoamento - Primeira Fase (PROFA-I) inclui, em grande medida, textos em francês e (b) o Francês será matéria obrigatória no PROFA-I.

É, portanto, fortemente aconselhável que, desde a preparação para o Concurso, o candidato à Carreira de Diplomata não descure o Francês.

A Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) inclui, entre suas publicações, o *Manual de Francês Diplomático*, cuja leitura se recomenda.